



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política**

Monografia em Ciência Política

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NO DIA DA VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO
DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

**Brasília
2017**

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NO DIA DA VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO
DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Monografia elaborada pelo estudante
Francisco Lima de Oliveira Júnior,
como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Bacharel em
Ciência Política pela Universidade de
Brasília.

Orientador: Professor Doutor Paulo Afonso Francisco de Carvalho

BANCA EXAMINADORA

Professor

Professor

**Brasília
2017**

Dedico este trabalho à minha amada mãe, Ramira Esteves, que sempre me apoiou, em todos os momentos da minha vida. Se cheguei aonde cheguei, muito disso se deve a ela que se sacrificou pelos seus filhos para que eles pudessem alcançar o sucesso, além de lhes possibilitar o maior milagre que um ser vivo pode receber: a vida!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, às minhas irmãs, Amanda, Juliana e Adriana; aos meus cachorros, Barão, Katywsha, Dobby (*in memoriam*), Dreyser (*in memoriam*) e Jordânia (*in memoriam*); à minha gata Fofucha, aos meus cunhados, Mário e Aguinaldo, ao meu amigo Fernando, pela ajuda no ingresso no curso de Ciência Política; e aos meus amigos especiais, que moram em meu coração, Ivana Spears, Dyllan, Eliete, Odair, Emerson e Flávia; e aos meus demais amigos e professores os quais, de alguma forma, me ajudaram e apoiaram nas minhas conquistas e no meu sucesso!!!

Agradeço, especialmente, aos professores Paulo Afonso e Terrie Groth, pelas primorosas aulas e inesquecíveis lições ao longo da minha trajetória acadêmica e importantes orientações rumo à conclusão dessa importante etapa da minha jornada universitária.

Por fim, um agradecimento muitíssimo especial ao meu pai, Francisco Lima (*in memoriam*), que em muito me apoiou a chegar aonde cheguei e chegarei; e alcançar o sucesso que alcancei e alcançarei.

*“A palavra é que nem abelha, tem mel e
tem ferrão!”*

Provérbio português

RESUMO

A presente monografia visa abordar a questão da análise do discurso político aplicada aos pronunciamentos das lideranças partidárias no dia da votação da 91ª sessão da Câmara dos Deputados sobre a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para tanto, procurou-se, em um primeiro momento, o adequado referencial teórico para construir o devido embasamento a fim de balizar a mencionada análise efetuada nos referidos discursos, proferidos por vinte e um líderes partidários os quais discursaram com o intuito de orientar os integrantes dos seus partidos acerca de como deveriam se proceder em relação ao objeto dessa histórica sessão plenária na Câmara dos Deputados, realizada no dia 17 de abril de 2016, cujo parecer individual deveria ser favorável ou não à abertura do processo em desfavor da presidente. A Análise do Discurso se configura como uma área de estudo voltada para o discurso, enquanto objeto específico, relacionando-se, assim, com outros saberes, com destaque para a Linguística e as demais Ciências Sociais. Tem, portanto, o importante papel de servir de base para que o leitor, a partir da posição de analista, empregue esse conhecimento para possibilitar a expansão do seu campo de compreensão de modo que a relação com a linguagem não seja jamais ingênua, tampouco desconectada de outros discursos na conjuntura social onde o discurso analisado se encontra inserido, logo articulado aos fatores simbólico, histórico e ideológico. Dessa forma, foi explanado um panorama teórico no qual foi discutido o desenvolvimento histórico da Análise do Discurso no mundo e no Brasil. O referencial teórico focou-se, sobretudo, nos trabalhos da Professora Doutora Eni Puccinelli ORLANDI, referência nos estudos linguísticos relacionados à Análise do Discurso no Brasil. A principal conclusão a que se chegou é que os pronunciamentos são majoritariamente de caráter autoritário, segundo o parâmetro de classificação elaborado pela Professora ORLANDI, pois tal tipo de discurso é caracterizado pela interpretação induzida por parte da fonte discursiva, no sentido de se buscar influenciar o destinatário do discurso rumo a um objetivo pretendido pelo seu autor, o qual faz uso, para tanto, da estratégia do convencimento e da persuasão proporcionadas pelas múltiplas possibilidades viabilizadas pela língua, considerada a partir de uma determinada conjuntura histórica, social e ideológica.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Câmara dos Deputados, Impeachment, Deputados, Lideranças Partidárias.

ABSTRACT

This monograph aims to address the issue of analysis of political discourse applied to the speeches of the party leadership on election day of the 91st Session of the House of Representatives on the admissibility of the President Dilma Rousseff impeachment procedure for this purpose, we first sought the appropriate theoretical referential to build the due background in order to indicate the already mentioned analysis carried out in the mentioned speeches, pronounced by twenty-one party leaders, which spoke in order to guide the members of their parties about how they should act in relation to the object of this historic plenary session in the House of Representatives, held on April 17, 2016, whose individual opinion should be favorable or unfavorable to the opening of proceedings against the President. The Discourse Analysis is configured as a field of study focused on the discourse, as a specific object, thus relating to other knowledge, with emphasis on Linguistics and other Social Sciences. It has, therefore, the important basic role for the reader, from the position of analyst, to employ this knowledge to enable the expansion of his field of understanding so that the relationship with a language is not naive, neither disconnected from other discourses in social conjuncture where the analyzed discourse is inserted, thus articulated to the symbolic, historical and ideological factors. Thus, a theoretical panorama was elaborated in which the historical development of Discourse Analysis in the world and in Brazil was discussed. The theoretical framework focused mainly on the work of Professor Eni Puccinelli ORLANDI, a reference in linguistic studies related to Discourse Analysis in Brazil. The main conclusion reached is the speeches are mostly authoritarian character, according to the classification parameter elaborated by Professor ORLANDI, since this type of discourse is characterized by interpretation induced by the discursive source, in the sense of seeking to influence the recipient of its author, which uses, therefore, the convincing and persuasion strategy provided by multiple possibilities made possible by the language, considered from a certain historical, social and ideological conjuncture.

Keywords: Discourse Analysis, House of Representatives, Impeachment, Representatives, Party Leadership.

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NO DIA DA VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO
DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A ANÁLISE DO DISCURSO	14
2.1. O PAPEL DESEMPENHADO PELA IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO	17
2.2. O PAPEL DESEMPENHADO PELA HISTÓRIA NA ANÁLISE DO DISCURSO	18
2.3. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO	19
2.4. A ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL	20
3. A ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO.....	22
3.1 . A INTERTEXTUALIDADE, O CAMPO DE MEMÓRIA, O CAMPO DE PRESENÇA E O DISCURSO VAZIO COMO ELEMENTOS PRESENTES NO DISCURSO POLÍTICO	23
4. TIPOLOGIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO.....	29
5. A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	34
6. A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	38
7. O DIA DE VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF.....	39

8. A ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NO DIA DA VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF	42
9. CONCLUSÃO	47
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
11. ANEXO: ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - DISCURSOS DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS, INICIANDO A PARTIR DO PARTIDO DE MAIOR AO DE MENOR REPRESENTAÇÃO NA CASA	55

SIGNIFICADO DAS SIGLAS DOS NOMES DOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO SUPERIOR ELEITORAL – TSE

Estão registrados no Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 35 partidos políticos.

1. DEM: Democratas
2. NOVO: Partido Novo
3. PCB: Partido Comunista Brasileiro
4. PCdoB: Partido Comunista do Brasil
5. PCO: Partido da Causa Operária
6. PDT: Partido Democrático Trabalhista
7. PEN: Partido Ecológico Nacional
8. PHS: Partido Humanista da Solidariedade
9. PMB: Partido Da Mulher Brasileira
10. PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
11. PMN: Partido da Mobilização Nacional
12. PODE: Podemos
13. PP: Partido Progressista
14. PPL: Partido Pátria Livre
15. PPS: Partido Popular Socialista
16. PR: Partido da República
17. PRB: Partido Republicano Brasileiro
18. PROS: Partido Republicano da Ordem Social
19. PRP: Partido Republicano Progressista
20. PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
21. PSB: Partido Socialista Brasileiro
22. PSC: Partido Social Cristão
23. PSD: Partido Social Democrático
24. PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
25. PSDC: Partido Social Democrata Cristão
26. PSL: Partido Social Liberal
27. PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
28. PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

29. PT: Partido dos Trabalhadores
30. PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
31. PTC: Partido Trabalhista Cristão
32. PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil
33. PV: Partido Verde
34. REDE: Rede Sustentabilidade
35. SD: Solidariedade

Fonte: BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 21 maio 2017.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico objetiva efetuar a análise dos discursos políticos dos Deputados Federais, no papel de líderes dos partidos na Câmara dos Deputados, no dia da votação da na 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Sessão Deliberativa Extraordinária nº 091.2.55.O, da 55ª Legislatura, realizada no Plenário Principal, na data de 17 de abril de 2016, domingo, no turno Vespertino, das 14h às 23h50, destinada a, em turno único, votar a respeito admissibilidade jurídica e política da acusação do Parecer da Comissão Especial sobre a denúncia contra a Presidente da República Dilma Rousseff, denunciada por crime de responsabilidade, oferecida pelos advogados Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal, pela consequente autorização para a instauração de processo por crime de responsabilidade, pelo Senado Federal, que resultou no seu impeachment, ou seja, no impedimento do cargo de Presidente da República, impugnado de tal forma que não mais poderá continuar a exercer as suas funções políticas.

Para tanto, foi feita uma pesquisa preliminar a fim de se buscar o referencial teórico pertinente à Análise do Discurso, ciência que consiste em analisar a estrutura de um texto para, a partir daí, compreender as construções ideológicas nele presentes. Desse modo, essa ciência dialoga com outras áreas do conhecimento, tais como a Linguística, as Ciências Sociais e a Psicanálise, dentre outras.

O discurso é uma construção linguística em um determinado contexto social onde o texto se desenvolve. Dessa forma, as ideologias presentes em um discurso estão diretamente construídas, bem como influenciadas, pelo ambiente político-social em que o seu autor está inserido. Logo, é mais do que uma análise textual, voltando-se, também, para a análise contextual da estrutura discursiva do objeto examinado.

Em seguida, buscou-se direcionar o campo de estudo da Análise do Discurso para a área política, sobretudo no que tange ao discurso político. De posse de tal referencial teórico, efetuou-se, então, a análise dos discursos com foco nos discursos das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, na data mencionada. Os discursos proferidos nesse dia tinham o escopo de servir de orientação à votação nominal de cada deputado federal presente na Casa sobre o tema da referida sessão deliberativa, com as conclusões a que se chegou a respeito desse estudo.

2. A ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com PÊCHEUX apud CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 681), a língua é imprescindível para a Análise de Discurso. Para esse autor, a língua é a forma de materialização da fala, manifestação dos planos material e simbólico, o que explica porque o discurso produzido pela fala sempre estará relacionado com o contexto social, ideológico e histórico.

Para ORLANDI (2009, p. 95), o discurso, enquanto objeto específico, tem a delimitação do seu campo, o qual está situado entre a Linguística e as Ciências Sociais. Postula então a autora que a Análise de Discurso tem o importante papel de servir de base para o leitor, a partir da qual ele poderá se situar na posição de analista e, dessa forma, investir nos conhecimentos os quais possibilitarão a expansão do seu campo de compreensão. Caso, ainda assim, esse leitor decida não se aprofundar nesse campo do conhecimento, ao menos, ele irá aprimorar a sua noção de que: “a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político.”.

FIORIN (2014, p. 10) argumenta que o texto pode ser abordado a partir de dois pontos de vistas complementares. Um deles é de que a análise dos mecanismos sintáticos e semânticos são responsáveis por produzir sentido. O outro, parte do pressuposto de que a compreensão do discurso, visto como um objeto cultural é produzida partindo-se de determinadas condicionantes históricas, em relação dialógica, ou seja, que dialogam com outros textos. Aponta ainda, na página 11, que há dois modos de avaliar o ato de escrever: um deles considera a escritura como a reprodução textos que já foram produzidos, ao passo que, no outro, a produção de sentidos surge das amplas possibilidades oferecidas pela gramática discursiva.

Para FIORIN (2014, p. 20), o sentido é gerado por uma sucessão de patamares, nos quais é mostrado como esse sentido é produzido e interpretado, em um processo que vai do mais simples ao mais complexo. Aduz ainda, na página 21, que a sintaxe dos diversos patamares desse percurso de construção

do sentido do discurso é oriunda da combinação de formas, a qual, então, produz um determinado sentido.

Para CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 680), o processo de análise discursiva tem a aspiração de questionar os sentidos estabelecidos nas suas mais variadas formas de produção, as quais podem ser tanto verbais quanto não verbais, bastando, para tanto, que sua materialidade gere sentidos para interpretação, podendo, assim, se entrecruzar com séries textuais, seja orais ou escritas; ou com imagens, como no caso das fotografias; ou linguagem corporal, como a dança.

ORLANDI (2009, p. 95) assevera que o sujeito discursivo não é realizado apenas por atos, pois, uma vez que, ao dizer, nós nos significamos e, nesse processo, também significamos o próprio mundo, ao passo que, concomitantemente, a realidade também é constituída nos sentidos que, no papel de sujeitos, praticamos. Sendo assim, considera-se, desse modo, que a linguagem é uma prática, não no sentido de efetuar atos e sim em razão de praticar sentidos e, dessa forma, intervir no real. Trata-se, por conseguinte, de ser esta a maneira mais forte de se alcançar a compreensão da práxis simbólica.

Para CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 680), a Análise de Discurso não é tida como uma metodologia propriamente dita, sendo então considerada como uma disciplina de interpretação fundamentada pela intersecção de epistemologias distintas, pertinentes às áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. A contribuição desses campos do conhecimento se processou da seguinte maneira: na linguística ocorreu o deslocamento da noção de fala para discurso; no materialismo histórico, com a colaboração da teoria da ideologia; e, em relação à psicanálise, com a noção de inconsciente trabalhada pela Análise de Discurso a partir do des-centramento do sujeito.

CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 680) aduzem que não há somente uma linha de Análise de Discurso e sim vários estilos, pelo menos 57 variedades, com enfoques variados, partindo de diferentes tradições teóricas que reivindicam por essa denominação. A convergência dessas vertentes parece compartilhar a

rejeição à noção realista de que a linguagem simplesmente se resume a um mero meio neutro de reflexão e de descrição do mundo, sendo amplamente aceita a concepção de uma convicção da importância central representada pelo discurso na construção da vida social.

Alegam, ainda, que há uma certa cautela em se utilizar a expressão "Escola" no que toca a Análise de Discurso francesa, haja vista o questionamento advindo a partir do sentido que o termo "Escola" pode vir a ter. Em razão de a Análise de Discurso considerar a língua, a história e o sujeito, peculiares a cada país, os quais têm a sua própria língua, cultura e história, poder-se-ia, como aponta a ENI *apud* CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 680), "falar em análise de discurso germânica, americana, inglesa, italiana, brasileira, francesa etc., se pensamos nessa disciplina sendo desenvolvida em diferentes regiões do mundo com suas diferentes tradições de estudos e pesquisas sobre o discurso.". Sendo assim, a ideia de que o conhecimento produz relações de força e de poder é reforçada quando, ao se dizer, "Escola" de análise de discurso, francesa ou anglófona, tem-se a atribuição a um poder que privilegia determinados lugares em detrimento de outros. Afinal, cabe sempre ter-se em consideração que a ciência é produzida em diferentes lugares, nos quais pesam a força e a especificidade de suas próprias tradições.

Segundo FERREIRA (2003, p. 42 e 43), assim como já havia ocorrido com as ciências sociais, até então tidas como ciências positivistas, pelo fato de tratarem a língua e os sujeitos como noções estáveis, homogêneas, centradas; ocorreu uma ruptura com a Linguística. Nas palavras da autora:

:

Surgida no campo da filosofia e das ciências humanas, a Análise de Discurso trouxe sempre bem marcado o traço da ruptura, que tem a ver com sua entrada no quadro epistemológico das ciências sociais e com a forma de intervenção política que representou sua criação.

2.1. O PAPEL DESEMPENHADO PELA IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo ORLANDI (2009, p. 95 e 96), é a ideologia que possibilita o estabelecimento da relação palavra/coisa. Para tanto, têm-se a língua como as condições de base, o substrato onde essa dinâmica se desenvolve. Temos, também, o processo, o qual é discursivo, e é nele que a ideologia possibilita a complexa relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Em outras palavras, a ideologia reúne sujeito e sentido. Dessa maneira, pela ideologia, o sujeito se constitui, bem como o mundo se significa.

Para ORLANDI (2009, p. 96) na Análise de Discurso, a ideologia se materializa na linguagem, assim como, do ponto de vista da Psicanálise, se pode considerar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. Desse modo, a Análise de Discurso possibilita tanto a compreensão do papel desempenhado pela ideologia, nesse contexto, quanto o funcionamento imaginário e materialmente articulado dela no inconsciente.

Ao se pensar a ideologia a partir da linguagem e não somente do ponto de vista estritamente sociológico, é possível, compreendê-la sob uma outra perspectiva, não a tendo simplesmente como visão de mundo, tampouco “como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2009, p. 96). A ideologia assume, então, um novo lugar ao se propiciar a consideração do imaginário na relação do sujeito com a linguagem, compreendendo-se melhor como se constituem os sentidos.

A ideologia se liga, de maneira inseparável, à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua. A conjunção língua/história também somente se processa pelo funcionamento da ideologia e isso, segundo (ORLANDI, 2009, p. 96), pode ser observado:

quando temos o objeto discurso como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua, colocando-se na base da

análise a forma material: acontecimento do significante em um sujeito afetado pelo real da história. Acontecimento que se realiza na/pela eficácia da ideologia.

E assim, podemos dizer que esse percurso que apresentamos ao leitor abre uma perspectiva de trabalho em que a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descoberta. Lugar do discurso.

FERREIRA (2003, p. 43), por sua vez, alega que o fator que distingue e identifica a Análise do Discurso reside, justamente, na sua forma peculiar de trabalhar com a linguagem numa relação bastante próxima e indissociável com a ideologia. Isso acaba por gerar certo incômodo, um tanto confuso, já que, para muitos, a ideologia carrega certo ranço marxista ultrapassado, sendo, dessa maneira, anacrônica.

2.2. O PAPEL DESEMPENHADO PELA HISTÓRIA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Para ORLANDI (2009, p. 96), o sujeito do discurso se faz e se significa na/pela história, pois o sentido é história. Podemos, então, compreender o aspecto de que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, tampouco podem ser tidas como, pura e simplesmente, reflexo de uma evidência.

ALVES (1982, p. 22) alega que os mundos humanos são construídos por meio da linguagem, bem como por ela preservados, ensinados e transmitidos. Em consequência disso, um mundo que deixa de ser falado se torna inexistente. WITTGENSTEIN (1989, p. 11), por sua vez, aduz que a língua é ensinada por meios do ensino ostensivo das palavras, processo ocorrido desde a infância. Nisso, são estabelecidas relações associativas entre as palavras e seus significados correspondentes. Isso se processa mediante uma intensa repetição, até que seja alcançado o nível em que a simples menção dessa palavra possa desencadear a imagem mental daquilo que se quer comunicar por intermédio da representação proporcionada pela palavra.

Dessarte, ao longo da trajetória do desenvolvimento histórico da humanidade, ocorreu a consagração de determinados modos de pensar o mundo, operacionalizada mediante a repetição do discurso, segundo o exposto por TONUS (2002, p. 02). Dessa forma, isso explica o porquê de um discurso repetido por diferentes sujeitos individuais, dotados do poder de interferir e influenciar o modo de pensar e de agir da coletividade. Assim, cada época possui um conjunto de determinadas palavras específicas capazes de proferir a ideologia dominante. Para tanto, é necessário que ocorra o estabelecimento da hegemonia, de modo que tais palavras sejam repetidas até o ponto de serem absorvidas e, dessa forma, integrarem o senso comum. Nas palavras da autora: “O que importa é que o conjunto de ideias que o discurso repetido carrega em si passe a fazer parte do modo de se pensar e representar o mundo e, a partir daí, desencadeie ações que contribuam para perpetuar esse discurso.”.

2.3. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com ORLANDI (2009, p. 17), temos, já no século XX, a contribuição dos estudos dos formalistas russos, nas décadas de 1920 e 1930, os quais já pressentiam uma estrutura subjacente e intrínseca ao texto. Embora tivesse um interesse de foco especialmente literário, buscaram, em seus trabalhos, uma lógica interna do texto, renunciando, então, análise que não era exclusiva no conteúdo do texto, como tradicionalmente costuma-se abordá-lo.

Afora na Antiguidade e nos estudos retóricos, o estudo do texto, em sua materialidade linguística, temos os trabalhos do filólogo e linguista francês Michel Bréal, no século XIX, com sua semântica histórica. Considerado o pai da Semântica, recebeu tal título pelo qual foi conhecido no mundo acadêmico por ter sido o pioneiro a estudar cientificamente a polissemia, entendida como os múltiplos significados que as palavras podem assumir.

FERREIRA (2003, P. 39) explana que Michel Pêcheux inicia a Análise de Discurso na França, no final da década de 1960, sendo o principal articulador desse campo de estudo. Tal fato coincide com o auge da Escola Estruturalista,

tida como paradigma de formatação do mundo e das ideias para toda uma geração da intelectualidade francesa. O marco inaugural dessa trajetória considera a publicação desse autor, intitulada: “Análise Automática do Discurso”, em 1969.

Segundo ORLANDI (2009, p. 17), o estudo do texto, entendido no âmbito da língua funcionando para a produção de sentidos, permitindo analisar unidades além da frase, se constitui como foco de interesse da Análise de Discurso. Isso já se mostrava de forma não sistemática em diferentes épocas, bem como segundo diferentes perspectivas a partir dos anos de 1960.

2.4. A ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL

FERREIRA (2003, p. 42) desenvolve um quadro do desenvolvimento histórico da Análise do Discurso no Brasil. Nesse sentido, a autora afirma que na América Latina e, sobretudo, no Brasil, a Análise do Discurso, a marca deixada por Pêcheux está bastante presente, influenciando fortemente o modo pensar nos temas nos quais a linguagem, o mundo e o sujeito se relacionam. Nesse sentido, a autora expõe que, desde o início, no contexto do embate ocorrido com a Linguística, a Análise do Discurso foi acusada de não dar a devida importância à língua, focando-se demasiadamente no aspecto político.

Se, no começo, rotineiramente sempre havia um certo tom de crítica por causa do fato da Análise do Discurso estar demasiadamente voltada à análise de discursos políticos, hoje em dia essa circunstância foi alterada com o advento da diversidade de objetos de interesse dos analistas de discurso no panorama brasileiro. Desse modo, nas palavras de FERREIRA (2003, p. 45 e 46):

Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves) e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a Análise do Discurso no Brasil ou *Escola*

Brasileira de Análise de Discurso, como nos propõe Eni Orlandi (2002, p. 37), amadureceu, se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizados pelas ciências humanas.

Cabe ressaltar que FERREIRA (2003, p. 42) frisa o papel de destaque da Professora Doutora Eni Puccinelli Orlandi, referência nos estudos linguísticos relacionados à Análise do Discurso no Brasil, cujo trabalho como professora, orientadora, pesquisadora e autora fez da Análise do Discurso um lugar de referência consagrado no quadro acadêmico institucional.

FERREIRA (2003, p. 45), aponta que, atualmente, percebe-se um deslocamento da Análise do Discurso em relação à Linguística, ocorrendo então uma maior aproximação nas áreas-fronteiras das ciências humanas, tais como a Sociologia, a História, a Filosofia e a Psicanálise.

Em síntese, FERREIRA (2003, p. 46) alega, a partir da matriz francesa, a Análise do Discurso no Brasil foi consideravelmente influenciada pelo legado da Escola Francesa, sobretudo por Michel Pêcheux, a partir de onde se desenvolveram desdobramentos e deslocamentos marcantes e decisivos para a continuidade do prestígio desfrutado desse campo teórico no Brasil.

3. A ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

Para SOUZA (2008, p. 70), “Ser político e viver na *polis* significava que tudo se dizia por meio de palavras e de persuasão, e não com força e violência.”.

EKER (2006, p. 99 e 100) argumenta que, em geral, as pessoas ricas costumam serem líderes e que todo grande líder é excelente em autopromoção. Geralmente, os políticos, além de constituírem a classe dirigente no campo político de um país são também uma elite econômica, em razão dos seus altos rendimentos. Sendo assim, é necessário, para ser um líder, ter a capacidade de exercer a arte do convencimento, de inspirar e motivar outras pessoas a seguirem as suas ideias:

Até os presidentes dos países precisam “vender” as suas ideias o tempo todo – ao público, ao Congresso e até ao seu partido – para vê-las implementadas. E, muito antes disso, se não as venderem a si próprios em primeiro lugar, não conseguirão nem se eleger. Em suma, todo líder que não pode ou não quer se promover não ocupará essa posição por muito tempo, seja na política, nos negócios, nos esportes – nem mesmo em casa, como pai ou mãe. Insisto nisso porque os líderes ganham muito mais dinheiro do que os seguidores.

PINTO (2006, p. 79) explana que discurso político possui espaços clássicos de enunciação. Para tanto, não é necessário ser um analista de política, um estudioso de ciências sociais ou cientista político para saber que há espaços onde o discurso político acontece, tais como nos poderes legislativos e executivos nas esferas federal, estadual e municipal, ou seja, no dia a dia, fala-se constantemente dos políticos e dos seus discursos. Isso se torna mais expressivo durante as campanhas eleitorais, ocasião em que o discurso extrapola os limites dos locais tradicionais de enunciação e os cidadãos tornam-se, também, enunciadore de discursos políticos e, como tal, sujeitos de discursos políticos, ou seja, os eleitores passam a ser, inclusive, enunciadore. Dessa forma, em última instância, um discurso político é construído quanto todo eleitor vota. Logo, a política é legitimada na fala de cada um de nós. Cabe aí o questionamento de quem, então, possui legitimidade para enunciar o discurso político? Os políticos

eleitos, certamente, são legítimos para falarem de política, mas os cidadãos, de modo geral, não deixam de ser, de igual modo, legítimos para dela também falar, ao propor, criticar, e exercer a cidadania nas suas mais diversificadas formas.

Para a autora, os diferentes locais de enunciação provocam efeitos diferentes, de acordo com sua tradição e reconhecimento público. Nas últimas décadas, tem-se que os partidos, as assembleias, os comícios e as rodas informais de discussão receberam uma expressiva companhia da mídia, nas suas versões falada, escrita e televisiva, deixando de ser exclusivamente um espaço onde o discurso político se expressa para também ser um espaço de construção de discurso, considerando, ainda, o advento da internet, a qual ocupa importantes nichos nessa arena.

A Análise de Discurso permite, então, segundo ORLANDI (2009, p. 95) compreender como o simbólico e o político se conjugam no que tange os efeitos a que eles estão sujeitados, enquanto sujeitos de linguagem. Tem-se, à vista disso, novas práticas de leituras as quais problematizam as maneiras de ler e, conseqüentemente, ocorre, também, o deslocamento de suas maneiras de produzir sentidos.

3.1 . A INTERTEXTUALIDADE, O CAMPO DE MEMÓRIA, O CAMPO DE PRESENÇA E O DISCURSO VAZIO COMO ELEMENTOS PRESENTES NO DISCURSO POLÍTICO

Segundo PINTO (2006, p. 97) a “**intertextualidade**” é entendida como “a presença de um discurso, de uma formação discursiva, em um outro discurso”, estando tal característica bastante presente no discurso político. Tem, como exemplo muito apontado, o fato de trazer experiências da ciência para dentro do discurso político:

Quanto menos democrático for o discurso político mais a ciência nele vai estar presente. Os pronunciamentos de ministros da época da ditadura

militar, no Brasil, algumas vezes são verdadeiras aulas de matemática econômica, pois não se podia discutir a política econômica.

Seguindo essa linha de raciocínio, a autora aponta (PINTO, 2006, p. 96 e 97) o caso da determinação biológica como outro argumento científico que também foi bastante explorado durante o Nazismo, autorizando, assim, o direito de matar, de massacrar, de exterminar o outro, o diferente, em nome da suposta prova biológica da supremacia de uma raça pura em relação a outra, tida como mestiça e inferior.

O discurso religioso também repercute no discurso político, estando neste presente em suas mais diversificadas variantes. Exemplo disso, é a base ideológica do discurso de libertação encontrado na Teologia da Libertação, na América Latina, ou ao invocar-se o fatalismo em discursos ultra-conservadores, como teoria justificatória para governos autoritários e anti-democráticos, por meio do discurso fundamentalista presente em diversas religiões.

POLLAK *apud* HENRIQUE (2017, p. 8) faz uma abordagem do processo de seletividade e negociação desenvolvidos pela memória, onde é definido aquilo que é importante para o grupo social, e, até mesmo, o que lhe serve de fronteira sociocultural. Sendo assim, os indivíduos participam de duas categorias de memória: a individual e a coletiva, as quais estabelecem uma forte relação de influência. Nessa dinâmica, os fatos sociais são transformados de modo a se tornarem rastros da memória, sendo, por esse motivo, importante identificar a razão porque isso ocorre, como e por quem tais fatos são sedimentados. Dessa forma, é observado que a memória sempre apresenta um ponto de vista, uma ideologia e um discurso, cabendo ao observador analisar qual a intenção por detrás das relações dessa memória.

PINTO (2006, p. 98) também argumenta que é de apreço considerar a influência exercida pelo “**campo de memória**” quando se analisa o discurso político. São vários os exemplos aí apontados, seja na presença de Getúlio Vargas lembrado em todos os discursos que pretendem falar dos direitos dos

trabalhadores brasileiros, ou por ocasião da redemocratização na década de 1980, quando houve uma verdadeira luta pelo legado getulista. Outro exemplo é a presença da história da luta contra a ditadura, que se constituiu como um aspecto fundamental na construção do discurso político democrático brasileiro e toda uma geração posterior de políticos. É intrigante perceber a tentativa do atual PMDB em se identificar com a antiga agremiação MDB, da época da resistência à ditadura. Podem, ainda, ser apontados os exemplos, no discurso político no Rio Grande do Sul, de Perón; na Argentina e a luta na resistência, durante a II Guerra na França; e até a Revolução Farroupilha.

PINTO (2006, p. 98) fala, também, do “**campo de presença**”, o qual permite visualizar quando se faz uma citação em busca de, assim, se ter autoridade. Para tanto, é citado o discurso científico, ou uma personagem da história, ou mesmo o de outros políticos. Em campanhas políticas é contumaz utilizar-se da presença de uma autoridade científica para validar um determinado discurso político, como no caso de utilizar o relato de um médico para dizer que o governo age assertivamente em relação a um programa de governo no que toca a área da saúde, ou um professor para reforçar a ideia de que o projeto sobre o ensino essencial para a política pública que está sendo implementado na educação; ou um cientista político para cancelar a linha de atuação de determinado governante. Trata-se de um campo muito instigante e provocador do sentido de verdade no discurso político, nisso também incluindo a presença de nomes de apoiadores para justificar a capacidade do discurso de interpelar diferentes setores.

PINTO (2006, p. 106) explana a questão do “**significante vazio**”:

O significante vazio trata de significante que foi, historicamente, objeto de tantas condensações que chega um momento que a ele pode ser atribuído a qualquer coisa, ou seja, são tantas as condensações, que ele se torna um significante vazio.

Aduz, ainda, que esse termo sempre se constitui em antagonismo a algo. Para ela, a lógica do discurso político é melhor entendida sob o prisma desse

conceito. A autora aponta o caso da Princesa Diana que se contrapôs à monarquia inglesa, muito criticada na época, se tornando um caso típico de significante vazio no discurso político inglês. Questiona por que a grande comoção pública, amplamente explorada pela mídia, gerada pela a morte dela. Cita, para exemplificar, o artigo de (SIMONS, citado por PINTO, 2006, p. 106):

Afinal de contas ela não era uma rainha, não era ministra, não era uma grande atriz, ou seja, quem era essa mulher que o mundo reverenciou quando morreu e que fez os ingleses, que são extremamente frios e racionais, encherem as ruas de Londres e chorarem a sua morte. Por que Lady Diana torna-se tão importante? Ela se tornou tão importante para os ingleses, porque ela se tornou um significante vazio, segundo o autor. Nela os ingleses depositaram todas as suas ansiedades. A Lady poderia ser a Cinderela, a menina anoréxica, a mulher traída, a divorciada, a mãe sozinha, a moça comum da cidade, aquela que cuidava as pessoas, a vítima, a mulher forte, a estrela sitiada e a mãe adorada. Nela se depositava tudo. Cada um via na Lady Diana uma das suas esperanças ou de suas frustrações.

A princesa se tornou um significado vazio, pois nela se depositava tudo e contra quem? Contra aquilo que ela chamava “a firma”, ou seja, a família real: “em qualquer conjuntura hegemônica a identificação com o significado vazio requer relações de equivalência que são antagônicas a um elemento excluído e este elemento era a rainha da Inglaterra, ‘a Firma’.” (SIMONS, citado por PINTO, 2006, p. 106).

Alguns significantes que são muito organizadores do discurso político, embora não apareçam a todo momento. Em países com problemas emergenciais, tais como os latino-americanos, é muito fácil que alguns elementos se constituam como significantes vazios. No Brasil, há o caso do Ayrton Senna contra o fracasso do país. Senna seria a “Lady Diana” em termos de significante vazio. O enterro do piloto de Fórmula 1 repercutiu em elevada comoção popular com grandes manifestações de apreço pelo que significou ao Brasil estão muito distantes do significado de ser um grande corredor automobilístico. Por ser tido como bom,

competente, e dedicado ao próximo, representava, de certa forma, o Brasil que deu certo.

O significante vazio traz, em seu bojo, um anseio de mudança. Essa mudança é constituída contra as próprias condições de vida de cada um. Para PINTO (2006, p. 107), a ideia da mudança é tida como um significante vazio na política brasileira. Ao lado dos significantes vazios, tidos, muitas vezes, como tão óbvios e, até mesmos, meio caricatos, a população pode depositar as suas frustrações. Logo, temos outros significantes de grande interessante de estudo e com presença expressiva no discurso político brasileiro, dentre os quais o mais importante e forte deles seja, talvez, a ideia de mudança. Dessa forma, toda vez que um candidato fala em mudança é criada uma expectativa positiva. A mudança, ao mesmo tempo em que é um significante vazio, abarca um valor positivo muito grande, haja vista que como cada um encontra nela um significado, cada brasileiro acaba colocando o significado que bem entender nesse conceito de mudança, o qual pode, por exemplo, ser desde a transformação envolvida tanto na passagem do capitalismo para o socialismo, como no valor da aposentadoria da seguridade social.

Embora estejam próximas uma da outra, as noções de “**significante vazio**” e de “**condensação**” não podem ser confundidas. Segundo PINTO:

Por exemplo, a questão da privatização dos serviços públicos no discurso da esquerda brasileira durante a década de 1990. O discurso contra as privatizações condensava muitos significados desde o fim da soberania nacional até o aumento de preços dos serviços que até então eram públicos. Também havia um discurso a favor das privatizações, que condensava estes significados os associando a melhorias nos serviços de telefonia, saúde, etc. Entretanto, em qualquer dos casos o significante privatização tinha um significado muito preciso, estava se tratando de vender a particulares os serviços públicos estatais, esta era a questão central ao redor da qual se construía cadeias de equivalência.

4. TIPOLOGIAS DE ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com PINTO (2006, p. 98), todo o conjunto de mecanismos analíticos pertinentes à Análise de Discurso possibilita, ao se efetuar tal análise, enxergar onde as coisas estão e de ver como elas são construídas:

Por que a análise de pronunciamentos de um presidente da república começa mostrar a ocorrência de regularidades em relação a seu campo de memória ou na intertextualidade ou como estas são interrompidas? O que está acontecendo neste discurso? Isto será por acaso? Por que foi trocado completamente um conjunto de políticos que ele costuma citar? Da mesma maneira um pode, em um certo momento, justificar sua política econômica com base na ciência econômica.

Segundo ORLANDI (2009, p. 85), são vários os critérios pelos quais se constituem as tipologias na análise de discurso, sendo, uma das mais empregadas aquela que reflete as distinções institucionais e suas normas, como é o caso do discurso político, do jurídico, do religioso, do jornalístico, do pedagógico, do médico e do científico, os quais, por sua vez, também possuem suas variáveis como no caso dos discursos terapêutico, místico, didático, dentre muitos outros mais.

Há também as diferenças entre disciplinas, que são utilizadas em tipologias, como nos discursos histórico, sociológico, antropológico, o biológico, o da física, e outros. Temos, ainda, diferenças referentes a

- estilos: barroco, renascentista, neo-clássico;
- gêneros: narrativa, descrição, dissertação;
- a subdivisões no interior dos já categorizado. Por exemplo, em relação ao político: neo-liberal, marxista, de esquerda, de direita, social-democrata, dentre outros.

Logo, são tantas as categorias existentes, pois são tão diversificadas ao ponto de ser, praticamente, inviável listar todas elas, abrangendo todas as variedades possíveis, com suas respectivas ramificações de tipos e subtipos.

Sendo assim, para ORLANDI (2009, p. 85 e 86), em alguns momentos pode até ser útil o analista adotar determinada tipologia. Contudo, isso não deve fazer parte de suas preocupações centrais, haja vista o discurso é caracterizado, antes de tudo, não pelo seu tipo e sim pelo seu modo de funcionamento. Para a autora, “os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extradiscursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos, etc.”.

O que é essencial para o analista é se atentar à compreensão das propriedades internas ao processo discursivo, quais sejam: as condições, as remissões a formações discursivas, e o modo de funcionamento do discurso. Dessa forma, exemplifica a autora: “o fato de um discurso ser político, estabelece um regime e validade e cabe ao analista detectar essa ordem, esse regime. Mas ele não o faz pela classificação, *a priori*, – discurso político – mas pela observação de seu funcionamento como tal.” (ORLANDI, p. 86). A autora procurou, então, estabelecer um critério para distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso, ao invés de originadas a partir de tipologias já estabelecidas e estacionadas nas macro-características, tendo, como referência, os elementos constitutivos de suas condições de produção, a sua relação com o modo de produção de sentidos, com os seus respectivos efeitos. Apresenta, então, os seguintes tipos (ORLANDI 2009, p. 86):

a. discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

b. discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. (GRIFO NOSSO).

Cabe aqui ressaltar que ORLANDI (2009, p. 86 e 87) faz algumas observações quanto à essa tipologia por ela proposta. Em primeiro lugar, é empregado o princípio discursivo como critério, pois essa classificação não pode ser feita a partir de categorizações baseadas em suposições externas ao discurso analisando e sim em aspectos internos ao funcionamento do próprio discurso: a relação entre os sujeitos, com os sentidos e com o referente discursivo.

Alega, ainda, na página 87, que é importante considerar que as denominações “lúdico”, “autoritário” e “polêmico” não devem ser feita segundo valores nos quais se está julgando os sujeitos desses discursos, pois não se trata de um juízo de valor e sim de uma descrição do funcionamento discursivo em relação às suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Desse modo, não se deve, tomar o lúdico como sentido de entreter, de ser uma brincadeira, e sim como polissemia, ou seja, um jogo da linguagem. Da mesma forma, não se deve ter o tipo “autoritário” como pejorativo, no sentido de ser um traço de caráter do locutor, segundo uma óptica moralista, mas entendido um aspecto simbólico, no qual há a injunção à paráfrase. As deduções feitas a partir da compreensão do funcionamento resultam das interpretações do analista e devem se apoiar em um quadro teórico de referência.

Acrescenta, no entanto, que uma sociedade como a nossa, pensando-a no conjunto de suas práticas em sua materialidade e, em razão da sua constituição, organização e funcionamento,

tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento. (ORLANDI, 2009, p. 87).

Afirma, também, que inexistem tipologias puras de um discurso, sob o risco de se cair em uma rotulação extremamente restritiva. Sendo assim, não se pode dizer que existem discursos puramente autoritários, lúdicos ou polêmicos. O que, de fato, se tem, são misturas, nas quais os variados tipos de discurso se articulam entre si, com predominância de um determinado estilo, em específico. Logo, um discurso pode, por exemplo, ter um funcionamento autoritário, como dominante,

onde tende para o autoritário, tendo, como marca, a paráfrase. Aponta, ainda, que um modo para se evitar tais categorizações, é dizer, no que se refere aos modos de funcionamento discursivo, que o discurso analisado tende para a paráfrase ou para a monossemia, no caso da categoria “autoritário”, tende para a polissemia, no caso da categoria “lúdico”, e se divide entre polissemia e paráfrase, no caso da categoria “polêmico”, evitando-se, dessa forma, as etiquetas definidoras, “rótulos”, que, muitas vezes, são interpretadas segundo um critério carregado com forte carga ideológica que palavras tais como “autoritário” carregam, do que pela sua remissão a um funcionamento discursivo (ORLANDI, 2009, p. 87 e 88).

Como bem observa BRASIL (2011, p. 179) essa categorização proposta pela professora Eni Orlandi segue o princípio discursivo das determinações, haja vista se constituir de propriedades internas ao funcionamento do discurso. Esse critério é, dessa maneira, baseado nas relações entre o referente, sentidos e sujeitos. Dessa forma, quando um discurso é classificado como “lúdico”, isso não significa, necessariamente, que se trata, simplesmente, de uma brincadeira do sujeito, pois, nesse caso dessas tipologias de classificação dos discursos aqui tratadas, a ludicidade significa “o jogo da linguagem enquanto polissemia com abertura para os gestos de interpretação de cada sujeito. O lúdico não é uma intenção, mas uma prática.” (BRASIL, 2011, p. 179). Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, o fator “autoritário” deve-se à injunção à paráfrase e não, significa somente uma rotulação de caráter moralista na interlocução.

Cabe ainda ressaltar que BRASIL (2011, p. 170 e 180) aponta a necessidade haver repetição do tema do discurso, dentro do contexto no qual ele se encontra inserido, visto que isso é imprescindível à promoção de uma formulação já significada, na qual o sujeito se identifica. Afinal, sem a repetição não há sentido, tampouco interpretação.

Há textos em que as relações são, até, bastante visíveis. Em outros, contudo, isso não será tão evidente, pois, como bem explana ORLANDI (2009, p.89),

mas todo texto é sempre uma unidade complexa; não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com os outros, que não forme um intrincado nó de discursividade. E a natureza dessas relações é importantíssima para o analista. O leitor comum fica sob o efeito dessas relações, o analista (ou o leitor que conhece o que é discurso) deve atravessá-los para, atrás da linearidade do texto (seja oral, seja escrito), deslindando o novelo produzido por esses efeitos, encontrar o modo como se organizam os sentidos.

5. A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

De acordo com GUIMARÃES (1982, p. 29), a origem etimológica da palavra “partido” vem do latim “*pars*”, que significa parte, ou seja, no sentido de unidade de uma parte do povo que se aglutina em torno de determinados anseios, aspirações e princípios. Com o passar do avanço da complexidade das sociedades modernas, a necessidade da formação de partidos foi se justificando pela necessidade de tornar coerente as lutas inspiradas nas diversas aspirações do povo ao conduzir a gestão do Estado, ao procurar alcançar, através da representatividade, uma sociedade que satisfaça, ao máximo, os interesses dos seus integrantes. A partir de meados do século passado é evidenciado um aumento acentuado dessa complexidade, o que explica, então, o fato da nossa vida partidária autêntica, bem como as tentativas de instaurá-las, ser algo relativamente novo no panorama político brasileiro.

Para WEBER (2003, p. 60 e 61), a política é entendida como o conjunto de esforços realizados com o objetivo de participar do poder ou influenciar na divisão deste, seja entre Estados, ou no interior de um único Estado. Dessa forma, qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder, seja em razão do fato do poder ser considerado como um instrumento empregado a serviço da consecução de outros fins ou porque deseje o poder “pelo poder”, para assim, alcançar, o sentimento de prestígio, obtido mediante tal poder.

DUVERGER (1987, p. 14 e 15) alega que a maioria dos estudos relacionados aos partidos políticos é voltada, basicamente, à análise de suas doutrinas. Isso decorre da noção liberal de partido, na qual ele é considerado, a princípio, como a um grupamento ideológico. Sendo assim, nas palavras de Benjamin Constant, em 1816, citado por DUVERGER (1987, p. 14): “Um partido é uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política”. Essa visão motivou estudos focados, primordialmente, mais nas ideias de natureza política do que com análise sociológica, onde a influência das doutrinas sobre as estruturas é menos expressiva do que se costuma pensar. Em certos partidos políticos modernos a doutrina apropriou-se de um caráter religioso, o que lhe concede um poder totalitário sobre a vida dos adeptos.

Esse autor (DUVERGER, 1987, p. 16 e 17) elucida, ainda que a organização dos partidos é, sobretudo, baseada em costumes, estruturando-se, então, a partir de práticas e hábitos não-escritos. São envoltos em um ambiente nebuloso, repletos de mistério. Logo, os estatutos e os regimentos não descrevem toda a realidade, somente uma pequena parcela da mesma, pois, esporadicamente, são aplicados de forma precisa. Para esse estudioso,

a vida dos partidos cerca-se intencionalmente de mistério: não se pode obter facilmente deles os ensinamentos precisos, mesmo elementares. Encontramo-nos aqui num sistema jurídico primitivo, onde as leis e os rituais são secretos, onde os iniciados os escondem ferozmente da vista dos profanos. Apenas os velhos militantes do partido conhecem bem as convoluções de sua organização e as sutilezas das intrigas que aí se entrelaçam. Mas eles raramente possuem um espírito científico que lhes permita conservar a objetividade necessária; e eles não falam espontaneamente.

Para SELL (2006, p. 103), as teorias participacionistas da sociologia política tem, como elemento central, a ideia de que a ampliação da democracia necessita da criação de mecanismos de participação dos cidadãos nas decisões, visto que, é necessário que os mesmos decidam, diretamente, as questões públicas. Os teóricos da “democracia deliberativa”, por sua vez, (p.104) concordam com os participacionistas a respeito da necessidade da representação política. Todavia, para esta vertente teórica, a criação de espaços de discussão e deliberação onde a sociedade possa manifestar suas opiniões e suas ideias constitui aspecto basilar, visto que é justamente desta forma, que os cidadãos podem influenciar, de modo impactante, os tomadores de decisão.

DUVERGER (1987, p. 170) explana que, em toda comunidade humana, a estrutura do poder resulta de duas forças antagônicas, tais como as crenças e as necessidades. Desse modo, assim como na maioria dos grupos sociais, a direção dos partidos, sindicatos e demais associações políticas, apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e, ao mesmo tempo, de uma realidade oligárquica. Nisso, somente alguns partidos fascistas escapam, visto que ousam confessar abertamente o que os outros fazem às ocultas.

Segundo o autor (DUVERGER, 1987, P. 171), os partidos políticos devem, então, zelar, ao máximo, no sentido de proporcionarem, a si mesmos, uma direção de aparência democrática. Entretanto, os partidos dessa natureza, tem que, por vezes, deixarem transparecer um ar democrático, e, assim, fazer certas concessões, pelo menos na aparência, pois isso foi de algum modo, cobrado no processo de legitimidade esperado nas eleições (p. 171).

Para DUVERGER (1987, p. 172), os processos autoritários e oligárquicos são, no geral, desenvolvidos na ignorância dos estatutos por meio de uma série de processos indiretos, mas eficientes. Essa técnica de camuflagem pode ser comparada à empregada por certos Estados contemporâneos para atingirem objetivos análogos, quando estabelecem um poder autocrático travestidos de fórmulas e de fachadas democráticas.

DUVERGER (1987, p. 188) alega que os dirigentes dos partidos desenvolvem, naturalmente, uma conformação de caráter oligárquico, constituindo-se, assim, em uma verdadeira “classe de chefes”, caracterizada por ser uma casta mais ou menos fechada, ou seja, por se configurar como um “círculo interior”, cujo acesso é bastante difícil. Tal acontecimento se refere tanto aos chefes aparentes quanto aos chefes reais, quer sejam dirigentes autocráticos, quer sejam democráticos.

Em relação à escolha dos dirigentes, DUVERGER (1987, p. 172), assevera que isso ocorre, quase sempre, por eleição cujos votantes são seus adeptos. Esse mandato no partido segue regras democráticas e é relativamente breve.

Em tese, a eleição deveria impossibilitar o nascimento de uma oligarquia. No entanto, aparenta, ao contrário, favorecê-la. No geral, as massas tendem a ser conservadoras, o que então explica porque elas se apegam tanto aos seus velhos chefes, bem como desconfiam de novas fisionomias. Segundo as palavras do autor (1987, p. 196 e 197): “De fato, qualquer que seja a sua origem, os dirigentes tendem a se aproximar e a constituir naturalmente uma classe de chefes. A noção de representação científica é ilusória: todo poder é oligárquico.”.

Em relação à autoridade dos dirigentes, DUVERGER (1987, p. 205), argumenta que, desde o início do século, dois fatos essenciais estão envolvidos

na evolução dos partidos políticos, quais sejam: o aumento da autoridade dos dirigentes e a tendência do sentido das formas pessoais de autoridade. Nesse perspectiva, tanto o crescimento quanto a personalização do poder se apresentam como dois fenômenos observados não somente nos partidos, como, também, em muitos grupos humanos.

A eficácia, segundo DUVERGER (1987, p. 209), é um dos motivos que impulsionam os dirigentes em direção ao autoritarismo. Nesse diapasão, assim como no caso dos exércitos, a disciplina se constitui como o principal eixo estruturador dos partidos, visto que, no âmbito parlamentar, a homogeneidade dos grupos que obstruem todas as vias no sentido indicado pelos chefes do partido se torna uma considerável vantagem em relação à dispersão individual, a qual, por tanto tempo, foi a regra.

6. A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Em comparação com a maioria das nações democráticas ou que se desenvolveram rumo a uma democracia representativa, GUIMARÃES (1982, p. 29) explana que a estruturação dos partidos políticos se constitui como fenômeno relativamente recente na história brasileira. No que tange tal aspecto, o autor alega, ainda, que não é evidenciado no século passado as características das agremiações partidárias como ocorre hoje em dia.

A história da evolução dos partidos no Brasil foi formada ao longo de vários decênios. No Primeiro Reinado, foram ensaiados os passos iniciais na formação de partidos políticos, atravessando todo o Império sem chegar, de fato, à implantação de um partido.

No cenário brasileiro, os partidos contemporâneos surgem, assim, com o advento da democratização dos sistemas representativos aliada ao aumento do número de eleitores. Ambos os fenômenos encaminham, em um primeiro momento, à formação de comitês que agrupam diversificadas tendências para, enfim, atingir, de fato, a organização como partido.

7. O DIA DE VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

A Câmara dos Deputados teve a incumbência de autorizar, ou não, a abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Caso fosse aberto, o Senado Federal estaria, então, incumbido da próxima etapa, ou seja, julgar a presidente.

Segundo R7.COM (2017), a agenda da sessão definitiva ocorrida no plenário da Câmara dos Deputados foi realizada no dia 17 de abril de 2016, domingo, e foi aberta às 14h. Em seguida, transcorreu a manifestação dos líderes partidários na Câmara e, logo após, teve início a votação dos deputados. Cada um deles tinha o tempo previsto de dez segundos para votar, tendo que ir ao microfone e responder: “**SIM**”, para a aprovação do parecer que recomendava a abertura do processo contra Dilma e “**NÃO**”, para a rejeição desse parecer; ou, ainda, votar pela abstenção. Para que o processo de impeachment da presidente prosseguisse para a etapa seguinte, ou seja, fosse aberto no Senado. Para tanto, seria necessário o mínimo de 342 votos favoráveis para garantir a sua aprovação e a consequente autorização dessa casa da Câmara.

Na data supracitada, no turno Vespertino, das 14h às 23h50, ou seja, com quase dez horas de duração, na 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, nº 091.2.55.O, do tipo Deliberativa Extraordinária, da 55ª Legislatura, realizada no Plenário Principal, discursaram 21 deputados federais, líderes partidários, na seguinte ordem:

1. PMDB – Leonardo Picciani (Bloco/PMDB-RJ)
2. PT – Afonso Florence (PT-BA)
3. PSDB – Antônio Imbassahy (PSDB-BA)
4. PP – Aguinaldo Ribeiro (Bloco/PP-PB)
5. PR – Aelton Freitas (Bloco/PR-MG)
6. PSD – Rogério Rosso (Bloco/PSD-DF)

7. PSB – Fernando Coelho Filho (PSB-PE)
8. DEM – Pauderney Avelino (DEM-AM)
9. PRB – Márcio Marinho (Bloco/PRB-BA)
10. PTB – Wilson Filho (Bloco/PTB-PB)
11. PDT – Weverton Rocha (PDT-MA)
12. SD – Genecias Noronha (SD-CE)
13. PTN – Renata Abreu (Bloco/PTN-SP)
14. PCdoB – Daniel Almeida (PCdoB-BA)
15. PSC – André Moura (Bloco/PSC-SE)
16. PPS – Rubens Bueno (PPS-PR)
17. PHS – Givaldo Carimbão (PHS-AL)
18. PV – Sarney Filho (PV-MA)
19. PSOL – Ivan Valente (PSOL-SP)
20. PROS – Ronaldo Fonseca (Bloco/PROS-DF)
21. PTdoB – Silvio Costa (Bloco/PTdoB-PE)

A versão integral desses discursos encontram-se no anexo do presente trabalho, retirados da Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, disponibilizada no acervo do sítio eletrônico dessa casa.

O critério adotado no dia de votação, conforme a ata confeccionada para registrar esse acontecimento, foi o de seguir a ordem decrescente de representação partidária na Câmara dos Deputados, ou seja, começando dos partidos com maior número de deputados federais para os de menor número. Sendo assim, a votação se iniciou pelo PMDB e terminou pelo PTdoB. O presidente da casa, o Deputado Eduardo Cunha, do PMDB-RJ, também concedeu o tempo regimental previsto de cinco minutos para os partidos sem liderança, uma vez que os mesmo possuem esse tempo semanal para seus pronunciamentos (p. 96). Também discursaram os representantes que representavam a Maioria, a Minoria e Liderança do Governo. No entanto, pelo critério adotado no presente trabalho, os discursos desses partidos sem liderança, da Maioria, da Minoria e da Liderança do Governo foram desconsiderados, uma vez que o foco da metodologia aqui empregada foi o de se analisar somente os

discursos proferidos exclusivamente pelos líderes dos partidos da Câmara dos Deputados nessa data, considerando somente cada partido como um ente único e não em blocos e outras alianças e grupamentos envolvendo mais de um partido.

8. A ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS NO DIA DA VOTAÇÃO DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

PÊCHEUX *apud* CAREGNATO e MUTTI (2006, p. 681) explana que o discurso de um político surge de uma ideologia política. Dessa forma, para esse especialista, um discurso sempre é pronunciado a partir de determinadas condições de produção. Exemplifica, assim, que o deputado pertencente a um partido político integrante da base aliada do governo ou a um partido da oposição é porta-voz do grupo que representa interesses inerentes a tais grupos. Logo, é levantada a suposição da impossibilidade de se analisar um discurso unicamente como um texto, ou seja, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, sendo então necessário referenciá-lo ao conjunto de discursos possíveis, partindo-se de um determinado estado definido das condições de sua produção.

Os votos das lideranças partidárias, ora analisados no presente estudo, serviram como orientação aos integrantes dos partidos os quais lideravam. Cabe aqui apontar que, na verdade, esses pronunciamentos dessas lideranças foram, na verdade, uma formalização no Plenário da Câmara, pois, muito possivelmente, o posicionamento sobre como o partido iria votar – se a favor, contra ou deixar a critério particular de cada deputado – no processo de impeachment da presidente já havia sido decidido em deliberações, negociações, acordos, conchavos e reuniões anteriores a esse dia. Tanto assim o é que os próprios deputados dessas lideranças partidárias da Câmara dos Deputados até já disseram, de certa forma, em seus discursos de orientação, de modo mais explícito ou deixando subentendido, que tinham assim procedido.

A homogeneidade do partido e a ausência de frações e de tendências estão relacionadas, segundo DUVERGER (1987, p. 211 e 212), com o desenvolvimento da obediência dos seus integrantes. Nas palavras do autor: “De fato, as instituições disciplinares e o sistema dos expurgos servem para preservar a ortodoxia do partido e a manter uma rigorosa unidade entre os seus membros.”.

Entretanto, a formação de cisões no partido não significa, necessariamente, que se trata de uma liberdade dos membros aliada a um enfraquecimento da autoridade dos chefes, uma vez que ocorre o agrupamento em torno de alguns chefes, se submetendo, no geral, a uma disciplina semelhante àquela existe no âmbito do próprio partido. Esse fracionamento não é engendrado ao nível das massas e sim no plano dos quadros, significando, assim, em uma tentativa de quadros subalternos fugirem em direção a patamares superiores, para, dessa forma, ser alcançada a maioria nos organismos coletivos de direção. Tais frações não concebem oposições oriundas da base, mas de oposições advindas da cúpula. Apesar disso, é observado um enfraquecimento natural da autoridade dos chefes, processo este decorrente da divisão por eles introduzida, cujo efeito pode ser comparado, em síntese, ao da separação dos poderes no Estado, onde há uma limitação de cada um deles em relação aos outros, mas, no entanto, com o enfraquecimento da força do conjunto.

No entanto, DUVERGER (1987, p. 212) aponta que a persuasão é, ainda, mais relevante do que o papel desempenhado pelas sanções, no que toca o desenvolvimento da obediência dos integrantes do partido em relação às orientações da cúpula. De modo geral, os apelos à disciplina e à unidade tem-se multiplicado nos partidos. Em alguns casos, a obediência constitui elemento fundamental da comunidade partidária. Trata-se do cimento que aglutina seus integrantes. Nas palavras do autor, essa disciplina é

a fonte da solidariedade que une os seus membros. Ao invés de definir o partido como “um agrupamento de cidadãos reunidos em torno de uma mesma doutrina”, chega-se assim a defini-lo como “um agrupamento de cidadãos reunidos em torno de uma mesma disciplina.

DUVERGER (1987, p. 230 e 231) ressalta que a disciplina da votação é o sinal mais evidente da subordinação do parlamentar ao partido. Afinal, essa tendência é constatada em todos os escrutínios importantes. Um parlamentar que não segue as diretrizes determinadas pelo seu partido corre o sério risco de ser excluído. Aponta, ainda, que disciplina da votação se configura como mais uma consequência da subordinação dos parlamentares, pois, são dependentes do partido por diversos motivos, como os de natureza eleitoral e financeira. Trata-se

de um comportamento de caráter coletivo, uma vez que cada parlamentar deve votar segundo a decisão proferida pelo grupo, após várias discussões. Todavia, o grupo nem sempre está livre da sua decisão, visto que deve-se submeter-se à política geral do partido, segundo as decisões oriundas de congressos e dos organismos dirigentes. Por conseguinte, o grupo parlamentar, em bloco, está subordinado ao partido de modo que toda a tática dos parlamentares é exercida por meio da pressão exercida com o intuito de atingir o resultado almejado nas votações.

Para DUVERGER (1987, p. 231), os parlamentares empregam diversas técnicas as quais lhes asseguram grande autoridade de fato, visto que, em tese, a preponderância dos dirigentes internos sobre os parlamentares deveria ser nitidamente assegurada. Um das formas empregadas pelos parlamentares seria o prestígio advindos de sua função. Aduz, ainda, o autor, na mesma página, que:

Os militantes desconfiam dos eleitos, mas os invejam; criticam os ministros, mas se sentem lisonjeados de privar de sua intimidade nas assembleias do partido. A notoriedade dos parlamentares é variável: mas permanece quase sempre maior que a dos dirigentes internos, entre os partidários.

Em síntese, esse autor, explana, na página 238, que, muito além dos processos técnicos específicos, o domínio sobre os parlamentares resulta da estrutura geral do partido aliada à sua orientação de conjunto.

ORLANDI (1996, p. 24), tida como uma das pioneiras da Análise do Discurso no Brasil, por sua vez, indica, em sua metodologia atinente às tipologias do discurso, por ela sugerida, que o discurso do tipo autoritário é o dominante na atual forma de sociedade, visto que apresenta o elemento paráfrase como o predominante na sociedade contemporânea. Em consonância com essa autora, TONUS (2002, p. 04 e 05) argumenta que o discurso do tipo autoritário é aquele que não abre possibilidades para que o interlocutor interprete a realidade, do seu modo, visto que o sentido único já está nele constituído. Muito disso se deve por causa da imposição de uma espécie de patrulha ideológica patrocinada pela mídia a qual, com raras exceções, empenha-se em construir um pensamento nacional homogêneo, hegemônico e dominante, onde somente a poucos é

concedido o direito de interpretar a realidade, logo, de produzir sentidos para ela. Ao restante, constituinte da maioria cabe tão somente o direito de concordar com essa interpretação imposta, formando então os seguidores conformados e sem o direito de ter um pensamento independente. Dessa maneira, a interpretação é um privilégio monopolizado pelo grupos sociais hegemônicos, detentores de aparelhos ideológicos incumbidos de gerir a memória coletiva. Nesse aspecto, Pêcheux *apud* TONUS (2002, p. 05), é evidenciado a chamada “divisão social do trabalho de leitura”, a qual consiste na outorga, a alguns poucos, do direito de produzir leituras originais, ou seja, interpretações, o que então se constitui em atos políticos, ao passo que, a outros, resta somente a tarefa subalterna de se submeter a tais interpretações, consumindo-as. Nas palavras da autora:

Talvez o maior dano produzido pelo discurso do tipo autoritário seja justamente estabelecer os monopólios interpretativos empenhados em legitimar apenas os discursos parafraseáticos e considerar como “tortos”, porque fora da realidade, quaisquer outros que procurem modificar ideias já estratificadas.

De forma análoga, TONUS (2002, p. 06) aponta que Bourdieu indica que o discurso autoritário é predominante no discurso científico, onde nele ocorre a disputa pelo direito exclusivo à interpretação, bem como o monopólio da autoridade e o monopólio da competência científica, sendo esta entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente. Tal competência científica, a alguns poucos destinada, é então traduzida na monopolização das decisões quanto àquilo que devera ser ou não pesquisado, bem como do que merece ou não ser publicado, além de ser ou não tachado de ciência ou pseudociência. Além disso, ocorre a indução à submissão dos que estão iniciando seus trabalhos de investigação científica, restando-lhes tão somente praticarem determinados rituais de vassalagem para, assim, lhes serem concedido o direito à possibilidade de reconhecimento e publicação de seus trabalhos perante a comunidade científica, caso se sujeitem às regras e rituais estabelecidos pela liderança dos que tem o poder de decidir sobre essa escolha.

Nesse sentido SANTOS (1996, p. 109) alerta que a guerra contra os monopólios de interpretação está longe de ser ganha. Nisso defende a importância dos setores esclarecidos iniciarem um processo de desmonte desse discurso monofônico frente aos dilemas enfrentados por uma sociedade sustentada sobre os pilares de um discurso unilateral. Nessa dinâmica, é necessário que o processo de desmantelamento dos monopólios que se julgam os detentores exclusivos da interpretação seja conduzido de modo a criar múltiplas e diversificadas comunidades interpretativas, para que não hajam tão somente milhões de renúncias à interpretação.

9. CONCLUSÃO

De acordo com a avaliação feita por Peter Hakim, analista político estadunidense e presidente emérito da área de análise política do Inter-American, sediado em Washington, nos Estados Unidos, em entrevista à revista ÉPOCA, à Teresa Perosa (PEROSA, 2016), o governo Temer, vice-presidente de Dilma, terá a boa vontade internacional, além de não encontrará muitos problemas para estabelecer relações com os vizinhos.

O analista diz que as acusações de corrupção que atingem a maioria dos membros do Congresso, e isso afeta legitimidade do processo de impeachment, além de destacar de novas lideranças no cenário político brasileiro. Segundo sua avaliação, o processo de impeachment foi feito balizado por normas constitucionais, apesar de se basear em uma acusação que talvez não seja tão séria. Entretanto, se trata é uma acusação legítima, além de ser um processo vigiado pelos tribunais. O problema, no entanto, é a ausência de uma grande legitimidade, perante o povo brasileiro, por parte do Congresso, uma vez que a maioria dos seus integrantes é alvo de investigações por corrupção, além de apresentar outros problemas legais, mesmo na linha sucessória, o vice-presidente, Michel Temer, o vice que ficará no lugar de Dilma, e, dando continuidade nessa sucessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que foi afastado pelo STF, e de Renan Calheiros, presidente do Senado Federal. Sendo assim, tem-se que o processo é legítimo, embora o mecanismo pelo qual o impeachment se operacionaliza apresenta problemas profundos. Isso foi evidenciado durante a votação na Câmara, que, segundo o analista, mostrou um ambiente que parecia mais um jogo de futebol do que para um processo legal de tamanha seriedade. Assim, apesar de ter legitimidade, legalidade e correição, produz um resultado visto como ilegítimo pelo povo brasileiro.

A ausência de lideranças no cenário político brasileiro também é outro problema apontado pelo especialista. Ele explana que, durante a transição do governo militar, bem como na campanha pelas Diretas Já, havia referências, tais como Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que os dois últimos acabaram, inclusive, sendo eleitos presidentes do país,

o que transmitia, ao povo, a sensação de que o governo estava sendo transferido a um grupo de líderes responsáveis.

Com um Congresso com tão pouca legitimidade na condução do processo da presidente Dilma, o governo posterior acaba sendo enfraquecido. Mesmo assim, ainda há alguma esperança de que o governo seguinte funcionará melhor, propiciando maior confiança. Possibilidades de estabilização são aventadas com atos tais como a nomeação do Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, para o Ministério da Fazenda. Afinal, o maior desafio que se apresenta é recuperar a economia, o que não ocorre imediatamente. É necessário estabelecer uma sensação de confiança como resposta ao povo e isso não ocorre rapidamente. Logo, tem-se a necessidade de demonstração do empenho do governo, no sentido de implementar a capacidade de mudanças e os ajustes necessários guiar a economia rumo a um caminho certo. Caso consiga apoio no Congresso para tais reformas e ajustes, uma base plausível de confiança será apresentada ao povo e ao setor empresarial.

Perguntado a respeito de um “golpe branco” representado pelo impeachment da presidente, o entrevistado respondeu que o país apresentava imagem respeitável e promissora perante o mundo até 2012. Todavia, os fatos relacionados à expressiva corrupção no Congresso maculam tal imagem. Os presidentes da Câmara, do Senado e do ex-presidente Lula estão sendo investigados, o que não é muito bom, além de que o governo Dilma passava uma sensação de que também deixava a desejar. O programa do ex-ministro da Fazenda da presidente, Joaquim Levy, não era apoiado pelo Congresso, tendo, inclusive, oposição do seu próprio partido de Dilma. O que transparecia era que somente o Judiciário funcionava a contento, pois os demais aspectos estavam exercendo muito mal o seu papel. Logo, do ponto de vista do exterior, o Brasil aparentava estar caótico. Os políticos brasileiros poderiam ter buscado uma certa unificação, transparecendo um maior consenso, algo que contrastava com o que se apresentava nos governos de Lula, Fernando Henrique e Tancredo Neves em 1985. O único remédio vislumbrado foi, então, o impeachment.

E não há nomes fortes o bastante para se apresentarem como alternativas. Entretanto, cedo ou tarde surgirão novas figuras, pois isso sempre acaba acontecendo, como o que é visto em muitos outros países. Ao falar de golpe, a reação da esquerda tem sido muito ideológica, o que representa puro simbolismo. Não há como comparar o processo de Dilma com o que ocorreu, em 2012, contra Fernando Lugo, no Paraguai, ou em 2009, com então presidente de Honduras, Manuel Zelaya, deposto por militares. Alguns reagem em razão de perderem um aliado ideológico. Entretanto, as consequências na América Latina não serão tão impactantes. O que pode ocorrer é a recessão da economia brasileira, mas, no geral, Michel Temer não terá problemas em estabelecer um diálogo satisfatório com os demais países da região.

Questionado a respeito da credibilidade internacional, Hakim diz que o Brasil não sofre críticas como as destinadas à Venezuela. Alega que há bastante disposição em Washington quanto a dar tempo para o Brasil se reorganizar, compreensão também encontrada em outros países, o que reforça a crença na recuperação brasileira. Não há violência nas ruas. Procedimento legalmente previstos estão sendo implementados. Há, inclusive, um entendimento de que o governo brasileiro sabe o que precisa ser feito para a recuperação da economia, bem como lidar com demais inconvenientes daí advindos. O Brasil não está trilhando uma alternativa equivocada. Está seguindo um percurso difícil, um tanto caótico em meios a contratempos, todavia, mesmo assim, sabe o que deve ser feito. Desse modo, o mundo está disposto a dar tempo ao Brasil para resolver seus problemas, com exceção dos governos mais ideológicos.

Por outro lado, consoante ao defendido por WEBER (2003, p. 87), no que toca mais diretamente à questão das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, cujos discursos no dia da votação do impeachment foram analisados em sede do presente trabalho monográfico, a existência de chefes e seguidores que, na condição de elementos ativos, procuram convocar, livremente, militantes, bem como a existência de um corpo eleitoral passivo, fornecem as condições necessárias à existência de qualquer partido político. Nesse sentido, nas palavras do autor, na página 82: “Verdade é que a demagogia moderna faz uso – e numa

proporção perturbadora, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno está obrigado a pronunciar”.

De todo o exposto, a principal conclusão a que se chegou é que os pronunciamentos são majoritariamente de caráter autoritário, segundo o parâmetro de classificação de tipologias do discurso elaborado pela Professora ORLANDI, pois tal tipo de discurso é caracterizado pela interpretação induzida por parte da fonte discursiva, no sentido de se buscar influenciar o destinatário do discurso rumo a um objetivo pretendido pelo seu autor, o qual faz uso, para tanto, da estratégia do convencimento e da persuasão proporcionadas pelas múltiplas possibilidades viabilizadas pela língua, considerada a partir de uma determinada conjuntura histórica, social e ideológica.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1982.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em:< <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> >. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. Linguagem – Estudos e Pesquisas, Universidade Federal de Goiás – UFG, *Campus Catalão*, catalão, GO, vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>>. Acesso em: 01 maio 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016**. 17 de abril de 2016. Disponível em:<<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2017.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & Contexto - Enfermagem, Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2017.

CORTEN, André. **A ordem do discurso: da participação à política**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, São Paulo, SP, n. 37, p. 191-207, 252, 1996. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2017.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

EKER, T. Harv. **Os segredos da mente milionária**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da análise de discurso no Brasil**. Letras, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, n. 27, Espaços de Circulação da Linguagem, p. 39-46, dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>>. Acesso em: 12 maio 2017.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, SP, 39: 13-21, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/107724>>. Acesso em: 21 março 2017.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes: **Partidos políticos e eleições no Império e na República Velha**. In: DUVERGER, Maurice; GUIMARÃES, Aquiles Côrtes; PAIVA, Antônio. Curso de introdução ao pensamento político brasileiro: estudo de caso. Partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil. Serviço de Ensino à Distância. Decanato de Extensão. 3.ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

HENRIQUE, Raquel. **Percepção Ambiental e memória de São Francisco Xavier: um olhar sobre as transformações a partir de jovens atores do cenário ecoturístico**. In: Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - XVII ENAMPUR; Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?; Sessão Temática 4: Meio Ambiente E Políticas Públicas; 4.3 Conflitos e disputas entre direitos ambientais e sociais. 2017, Maio, 22 a 26; São

Paulo, SP, Brasil; 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1263>. Acesso em: 21 maio 2017.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Uma carreira política e vários modos de legitimação**. In: Moacir Gracindo Palmeira; César Barreira. (Org.). Política no Brasil: visão de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, v. 24, p. 235-254.

MELO, Edna André Soares. **Gestos de autoria**: construção do sujeito da escrita na alfabetização. *In*: Identidade, cultura & linguagem. Org. Roberto L. Baronas. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p.191-205.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 3. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEROSA, Teresa. **O discurso do golpe é puramente simbólico e ideológico**. Globo, 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/peter-hakim-o-discurso-do-golpe-e-puramente-simbolico-e-ideologico.html>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói, Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, n. 24, p. 78-109, primeiro semestre de 2006. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

R7.COM. **Câmara vota hoje segundo impeachment da história**: Sessão de votação está mantida para as 14h deste domingo e deve terminar às 21h. R7. 17 de abril de 2016. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/camara-vota-hoje-segundo-impeachment-da-historia-17042016>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996.. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Regina Luna Santos de. **Ciência política**: decisões, escolhas, instituições. Brasília: Vesticon, 2008.

VOTAÇÕES no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Vota%C3%A7%C3%B5es_no_processo_de_impeachment_de_Dilma_Rousseff>. Acesso em: 07 maio 2017.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **A semântica de Michel Bréal**: recontextualização, fortuna, crítica e aplicação. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

TONUS, Loraci Hofmann. **Do discurso enquanto constituinte da realidade**. Revista de Letras. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Curitiba, PR, n. 5, 2002.

TRIBOLI, Pierre. **Líderes partidários pedem moderação na análise do pedido de impeachment**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/505545-LIDERES-PARTIDARIOS-PEDEM-MODERACAO-NA-ANALISE-DO-PEDIDO-DE-MPEACHMENT.html>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, SP: Martin Claret, 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. *In*: Os pensadores Wittgenstein e Moore. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1989: 8-222.

**11. ANEXO: ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS -
DISCURSOS DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS, INICIANDO A PARTIR DO
PARTIDO DE MAIOR AO DE MENOR REPRESENTAÇÃO NA CASA**

**ATA DA 91ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - DISCURSOS DAS
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS**

Sessão: 091.2.55.O

Data: 17/04/16

Turno: Vespertino

Tipo da Sessão: Deliberativa Extraordinária - CD

Local: Plenário Principal - CD

Início: 14h

Término: 23h50min

**DISCURSOS DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS, INICIANDO A PARTIR DO
PARTIDO DE MAIOR AO DE MENOR REPRESENTAÇÃO NA CASA**

22. PMDB – Leonardo Picciani (Bloco/PMDB-RJ)

23. PT – Afonso Florence (PT-BA)

24. PSDB – Antônio Imbassahy (PSDB-BA)

25. PP – Aguinaldo Ribeiro (Bloco/PP-PB)

26. PR – Aelton Freitas (Bloco/PR-MG)

27. PSD – Rogério Rosso (Bloco/PSD-DF)

28. PSB – Fernando Coelho Filho (PSB-PE)

29. DEM – Pauderney Avelino (DEM-AM)

30. PRB – Márcio Marinho (Bloco/PRB-BA)

31. PTB – Wilson Filho (Bloco/PTB-PB)

32. PDT – Weverton Rocha (PDT-MA)

33. SD – Genecias Noronha (SD-CE)

34. PTN – Renata Abreu (Bloco/PTN-SP)

35. PCdoB – Daniel Almeida (PCdoB-BA)

36. PSC – André Moura (Bloco/PSC-SE)

37. PPS – Rubens Bueno (PPS-PR)

38. PHS – Givaldo Carimbão (PHS-AL)

39. PV – Sarney Filho (PV-MA)

40. PSOL – Ivan Valente (PSOL-SP)

41. PROS – Ronaldo Fonseca (Bloco/PROS-DF)

42. PTdoB – Silvio Costa (Bloco/PTdoB-PE)

1. DEP. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ)

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ). Como Líder, sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu inicio esta fala saudando a bancada do PMDB e todas as representações partidárias com assento nesta Casa.

Nós iniciamos hoje uma sessão histórica, que será analisada hoje e pelas páginas da história. Hoje nós devemos fazer esta sessão num clima de paz, de respeito, de democracia, porque é esse o exemplo que nós devemos dar à sociedade que nos acompanha.

O que estamos fazendo hoje aqui não é uma brincadeira, não é uma disputa, um jogo de futebol. Muito pelo contrário, é uma das mais graves sanções previstas pela Constituição Federal, previstas no nosso ordenamento jurídico. Não nos cabe aqui nenhuma outra posição senão a de defesa dos princípios republicanos e da democracia brasileira.

Ontem e ao longo da semana, a bancada do PMDB se reuniu para tomar uma decisão. O PMDB sempre esteve ao lado da democracia e, junto com outros — muitos do PMDB —, lutou para que as liberdades, o direito ao voto e as garantias individuais fossem reestabelecidas no País. Esse compromisso do PMDB com o povo brasileiro é inabalável.

Não há nenhum momento da história brasileira nem circunstância que levará o nosso partido a agir de forma diferente que não seja na defesa da democracia e dos ideais de liberdade da República Federativa do Brasil.

A bancada do PMDB, exercendo a sua liberdade, exercendo o seu direito de decisão consciente, optou pelo voto favorável ao processo de impedimento.

A bancada do PMDB tomou essa decisão por entender que as circunstâncias políticas que o País vive, hoje, as circunstâncias que levaram ao início do processo de impedimento da Presidente da República estariam inteiramente preenchidas.

Cabe-me, neste momento, na qualidade de Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, falar de forma muito direta. Eu disse isso no meu discurso durante a semana, de certa forma, até emocionado, porque jamais imaginei que a minha geração viveria este momento novamente.

Reafirmo o que eu disse em discurso, na sexta-feira, no início dos debates do processo de impeachment. A nossa bancada irá encaminhar o voto “sim”. (Palmas.)

Mas nós sabemos que, aconteça o que acontecer no dia de hoje, amanhã nós teremos um novo dia e uma nova etapa da vida nacional, em que cada um aqui, cada partido político, cada movimento, cada cidadão precisará ter responsabilidade com o País. Não é possível que as disputas políticas e as ambições políticas continuem a levar o Brasil até onde está neste momento.

Eu faço aqui este registro e este apelo para que amanhã todos nos sentemos à mesa e passemos a discutir o futuro imediato da República Federativa do Brasil e a refletir sobre como as pessoas estão vivendo.

É verdade que as pessoas não estão vivendo bem, reivindicam e têm o direito de reivindicar, mas é verdade também que temos que fazer a nossa parte e criar um ambiente político necessário, um ambiente político propício para que os avanços possam ocorrer.

O PMDB jamais agiu como polo. O PMDB, suas Lideranças e sua bancada jamais agiram como polo ativo neste processo. Mas exerceremos hoje a nossa responsabilidade.

Eu quero fazer um agradecimento especial à bancada do PMDB, que conhece o meu posicionamento e o posicionamento de alguns outros companheiros da bancada que não acompanharão a posição da bancada. (Palmas.)

Eu faço um agradecimento à bancada do PMDB pela compreensão e respeito que teve pela nossa posição, que não é fácil.

Quero dizer a cada companheiro e companheira do nosso partido que eu respeito muito a posição de cada um dos senhores. Desejo que cada um possa exercer o seu voto com a coerência necessária, com o desejo necessário de transformação do País, para que, ao fim deste processo, todos nós possamos sair grandes, sem vencidos e sem vencedores.

O fim deste processo deve ser um só: a vitória do Brasil, a vitória do povo brasileiro, em dias melhores.

Viva o Brasil! Viva a democracia! Vamos todos juntos cumprir com o nosso dever!

O PMDB vota “sim”.

Nós vamos encarecer que esta sessão ocorra com a seriedade que ela merece e que o povo brasileiro espera que cada um de nós tenha.

Viva o Brasil! (Palmas.)

2. DEP. AFONSO FLORENCE (PT-BA.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a bancada combativa no Senado Federal do PT e do PCdoB, Senadores e Senadoras contra o golpe, o povo brasileiro, milhões de pessoas nas ruas, em especial aqueles com uma consciência democrática, inclusive homens e mulheres que fazem oposição ao Governo Dilma e ao PT, estão dizendo a uma só voz: “Democracia! Não vai ter golpe!” (Palmas.)

Isso ocorre por três motivos fundamentais. Quando se constituiu a Comissão para apreciar a proposta de abertura de processo de impeachment, a chapa de partidos aliados, o Deputado Rosso e o Deputado Jovair nos garantiram imparcialidade. E como é límpida a tese de defesa do Governo de que não há crime de responsabilidade, nós não tivemos dúvida de que S.Exas. teriam postura imparcial.

Com o andar dos trabalhos, com o funcionamento da Comissão, mesmo com cerceamento de defesa, com a apresentação do relatório, com a acusação feita pelo Advogado Miguel Reale lá na Comissão e aqui no Plenário, com a defesa feita pelo Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo lá na Comissão e aqui no Plenário, ficou nítido que não há crime de responsabilidade.

A voz das ruas repercute hoje aqui neste plenário, somada a essa nítida ausência de crime de responsabilidade. Por isso, o impeachment é golpe.

A cada momento, vemos Deputadas e Deputados indecisos, Deputadas e Deputados que pretendiam votar “sim” revelarem, assim como fez o Vice-Presidente desta Casa, que vão votar “não”, porque querem rechaçar o risco posto para o futuro do Brasil, que é a derrota da democracia.

O terceiro motivo fundamental é a candidatura de Michel Temer nesta pretendida eleição indireta, liderada pelo Presidente da Câmara, que é réu no Supremo.

Os jornais do mundo publicaram: “Corruptos querem derrubar a Presidenta Dilma, uma mulher honesta”.

Essa é a visão que brasileiros e brasileiras estão tendo, cada vez mais, sobre essa votação que vai haver aqui, à qual muitos querem dar ares de votação de chapa para a Presidência da República, como se tivéssemos eleição indireta, e não temos. Por isso, essa votação, que buscava se lastrear num discurso anticorrupção, perdeu a sua legitimidade.

Nas manifestações do dia 13 de março, Aécio Neves, citado várias vezes em delações premiadas, e Geraldo Alckmin, alvo de várias investigações, como a do metrô e da merenda, foram postos para correr — e eram manifestações que eles próprios convocaram. Pelo Brasil afora, em muitas manifestações, líderes da Oposição foram postos para correr.

Ficou claro quando o Procurador de Curitiba, da Operação Lava-Jato, e o ex-Procurador-Geral Gurgel disseram que Dilma e Lula eram tratados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal como estadistas.

Foi Lula que deu autonomia à Polícia Federal. Foi Dilma que mandou o projeto de lei que tem como centro o combate à corrupção, inclusive o instituto da delação premiada.

Já no Governo deles, que querem dar o golpe, sob a liderança do Deputado Eduardo Cunha, com a chapa Michel-Cunha, em seu histórico, há um procurador-geral que ficou conhecido como “engavetador-geral” da República.

São analistas, são profissionais da comunicação que dizem, hoje, que o objetivo dessa chapa é parar as investigações de corrupção. A Lava-Jato chegou ao PSDB e chegou ao DEM. O Brasil sabe que o combate à corrupção é republicano.

É o povo, que defende a democracia, é o PSOL, é o PCO, é o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, são intelectuais, artistas, artistas de rua e artistas da grande mídia, que estão dizendo: “O golpe não passará!”.

Não há crime de responsabilidade. Esse impeachment é golpe! Esse relatório é golpe! A defesa desse impeachment, que diz que o Brasil vai melhorar, está pretendendo jogar o Brasil numa incerteza, porque os regimes de exceção se iniciam com esse discurso.

Foi isso que aconteceu em 1964, com o apoio desses mesmos setores da mídia. Depois, eles fazem autocrítica, lavam as mãos, e os políticos golpistas vão para o lixo da história.

Este Plenário vai repercutir a posição majoritária da sociedade brasileira neste momento. Nas últimas pesquisas Vox Populi e Datafolha e em várias outras pesquisas, 58%, 54%, mais da metade dos entrevistados é contra o impeachment. Podem até ser de oposição ao Governo Dilma, mas rejeitam Michel Temer na Presidência da República, ainda mais numa eleição indireta, num golpe à democracia.

A chapa Michel-Cunha não pode passar, não passará neste Plenário! (Palmas.).

Temos hoje alguns milhões de pessoas nas ruas. E, sem dúvida, pelas imagens — olhem lá — em todo o Brasil, há muitos milhões dizendo: “Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe!” Impeachment sem crime de responsabilidade

fere um fundamento inalienável da República e da democracia, que é a vontade popular.

Todo mundo entendeu o debate de mérito do Relator com o advogado Reale e com o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo. Os decretos publicados tinham cobertura da Lei Orçamentária. Houve aproximação da revisão de metas. Quando o TCU determinou que não fossem mais publicados, não o foram mais. Por isso, esse relatório é um instrumento que busca dar legitimidade jurídica.

Mas esse golpe não está sozinho, há outro golpe. É a liderança do Presidente Eduardo Cunha, que aqui tentou encaminhar uma forma de chamada dos ausentes, com medo dos indecisos, que estão gradativamente se posicionando a favor da democracia, porque não querem manchar suas biografias, não querem legar isso para seus filhos, não querem enfrentar o eleitorado como portadores da mácula de terem desrespeitado o voto popular, de terem jogado o Brasil numa incerteza, de terem aprofundado os conflitos vigentes.

A Presidenta Dilma disse que, a partir de amanhã, vai conclamar todo o povo brasileiro e todas as forças políticas a reaglutinarem e pacificarem o País. Essa pacificação será feita através da execução do programa eleito no segundo turno, a partir do respeito ao voto, com a estabilização política, com o fim da pauta-bomba, com o fim da desestabilização que vem da Presidência da Câmara e com a retomada da normalidade institucional.

Vamos retomar a geração de emprego. Em 2014, no último ano do primeiro Governo, o desemprego chegou a 4,5% somente, o menor índice da série histórica, com o maior poder aquisitivo dos salários.

A partir de amanhã, conclamamos todas as forças políticas. Vamos pacificar o País! Vamos retomar a democracia! Vamos retomar a geração de emprego e renda! Vamos garantir a conquista maior do povo: o voto popular!

Não ao impeachment! Impeachment é golpe!

Vamos à vitória! (Palmas.)

3. DEP. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, brasileiros que nos acompanham em todas as partes deste País, estamos diante de um momento histórico. É fundamental que cada um de nós neste plenário tenha consciência do seu papel e da sua responsabilidade nesta hora.

Hoje é o dia decisivo, em que vamos escolher o Brasil que queremos daqui para frente. E, pelo voto dado, seremos marcados e julgados para sempre. Cada um terá a oportunidade de escolher de que forma irá entrar na história; se será pela porta da frente, votando “sim” ao impeachment; ou se será pela porta dos fundos, de mãos dadas com o Governo de uma Presidente que mentiu ao País, cometeu, continuamente, crime de responsabilidade e, por consequência, arruinou a nossa economia, levando o País a sua mais profunda crise.

Cada um dos Deputados teremos a oportunidade de escolher de que forma nossos filhos e netos irão se referir a nós: com orgulho, por termos dado ao Brasil a chance de um recomeço; ou com vergonha, por vê-los transformados em sócios de um Governo do retrocesso, do vale-tudo, mergulhado na corrupção.

Cada um terá a oportunidade de escolher de que forma irá enfrentar os brasileiros, que estão lá fora mobilizados, de Norte a Sul deste País: se com a cabeça baixa, por tê-los traído; ou se com a cabeça erguida, olhando nos olhos, com o sentimento do dever cumprido, ao ter votado “sim”, pelo Brasil.

Cada um terá a oportunidade de escolher o que irá dizer aos milhões de brasileiros que perderam seus empregos, que penam por atendimento médico, que veem a redução dramática dos recursos da educação, enquanto bilhões de reais se foram na corrupção sistêmica e desenfreada. E corrupção não se compara, corrupção se pune! (Palmas.)

Eu votei “sim”, pelo impeachment, para mudar essa situação; ou eu votei “não”, para que nada mude e para que você e sua família continuem na desesperança.

A história, senhores, não esquecerá a escolha de cada um. É chegada a hora de decidir: que Brasil os brasileiros que estão lá fora merecem? O Brasil do

mensalão? O Brasil do Petrolão? O Brasil dos “pixulecos”? O Brasil com uma organização criminosa infiltrada no Estado?

O Brasil governado por uma Presidente que se elegeu com uma campanha financiada com propina do Petrolão, que disse que faria o diabo nas eleições e o fez?

O Brasil governado por uma Presidente que mentiu ao País, que prometeu que reduziria as contas de luz, que não haveria tarifaço, que não mexeria nos direitos dos trabalhadores e que, eleita, traiu os brasileiros?

O Brasil governado por uma Presidente que permitiu que o maior escândalo de corrupção do planeta se desenvolvesse debaixo do seu nariz e nada fez, mesmo tendo todas as informações?

O Brasil governado por uma Presidente que não respeita as instituições, a imprensa livre e que trama para obstruir as investigações da Lava-Jato e proteger o ex-Presidente Lula?

O Brasil do desemprego, da recessão, da inflação e da roubalheira? O Brasil cuja Presidente e seu partido, mesmo depois de todo o mal que causaram ao País, ainda tentam dividir os brasileiros, incitá-los ao conflito, fazendo ameaças, quando o momento clama por paz e união?

Não, definitivamente, não! Não é este Brasil que os milhões de brasileiros mobilizados em todos os cantos deste País querem que escolhamos.

O que eles desejam e merecem é um Brasil que seja capaz de reencontrar o caminho da reconstrução moral, base para o desenvolvimento de uma Nação digna e justa, um Brasil que respeite a Constituição, as instituições e valores absolutos como a democracia e a liberdade de imprensa, de pensamento e de opinião.

Os brasileiros que estão lá fora querem viver num Brasil decente e livre da impunidade, num Brasil que volte a ter esperança e oportunidades.

Falo em nome de uma combativa bancada de Deputados que muito me orgulha e que orgulha o Brasil e que, desde o primeiro momento, já havia feito a sua escolha, a de ficar ao lado do Brasil. (Palmas.)

O PSDB irá votar pelo impeachment porque o Brasil não pode ser governado por uma Presidente da República desenganada, que maculou o cargo que lhe foi confiado.

Senhoras e senhores, a Câmara dos Deputados, ao conceber a Constituição Federal, assumiu o dever de cumpri-la, de respeitá-la e de preservá-la, assim como o de proteger a democracia.

Esta Casa, imbuída da responsabilidade de exercer o poder que do seu povo emana, não pode ignorar a vontade dos brasileiros que estão lá fora, não pode se acovardar diante da história.

Vamos votar “sim” a um novo Brasil!

Vamos votar “sim” ao impeachment!

Viva os brasileiros! (Palmas.)

4. DEP. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB)

SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso partido, o Partido Progressista, construiu a sua posição de forma democrática, debatendo e discutindo, com a participação de todos aqueles que quiseram. Construímos uma posição única, unívoca, com homens e mulheres de bem, de forma livre, porém determinada a partir da posição tomada por sua maioria absoluta.

“Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança.”

Precisamos fazer uma reflexão profunda sobre o atual momento. É preciso tolerância e respeito às opiniões divergentes para a consolidação da verdadeira democracia. É por isso que, antes de qualquer outra coisa, faço um apelo a todos

para que, ao final deste doloroso processo — pelo qual não merecíamos passar —, qualquer que seja o resultado, possamos ter o compromisso com a Nação de estar unidos em um só objetivo: o fortalecimento do Brasil.

Não estamos vivendo um dia na política, mas um dia na história. Temos todos a consciência da nossa responsabilidade perante a Nação. Temos todos a obrigação de ajudar o País a sair desta encruzilhada. Iremos dar uma resposta ao Brasil. Não iremos decepcionar o povo brasileiro. Nesta hora tão grave da cidadania, temos de falar através de nossos atos. Convicção, sim; firmeza, sim; mesquinhez e pequenez, jamais!

É meu dever encaminhar o voto da bancada do Partido Progressista a partir da deliberação soberana da sua maioria absoluta, que determinou que nossos

Deputados e Deputadas devam votar pela admissibilidade do processo de impedimento da Sra. Presidente da República. (Palmas.)

No entanto, antes de proferir o encaminhamento final à nossa bancada, obriga-me a consciência — obriga-me a consciência — a fazer um breve registro, já que estamos dialogando também com a história. Como todos sabem que em 2012 fui honrado pela indicação do meu partido, o Partido Progressista, para fazer parte do primeiro Governo da Presidente Dilma na posição de Ministro das Cidades.

Não é porque iremos dizer “sim” hoje que podemos dizer “não” ao ontem. Isso seria oportunismo. Nesta hora, cabe-me o papel de encaminhar o voto de meu partido na direção de julgar politicamente a chefe da Nação. Justamente por isso tenho o dever de procurar ser justo.

Durante todo o tempo em que exerci a função de Ministro do primeiro Governo Dilma, pude atestar inúmeras qualidades da Sra. Presidenta, uma Presidenta dedicada, uma Presidenta disciplinada, obstinada e fiel às suas convicções.

Nesta Casa eminentemente política, porém, não estamos julgando a pessoa da Presidente Dilma Rousseff, estamos julgando politicamente o Governo. Nossas opiniões pessoais, certas ou erradas, favoráveis ou desfavoráveis, não podem ser consideradas, porque mais alto fala o nosso dever com o Brasil.

A grande realidade é que o País precisa retomar urgentemente a normalidade. Não podemos conviver com a estagnação, não podemos conviver com a paralisia e com o impasse permanente, sem solução.

O crime de responsabilidade supostamente cometido, cujo debate tem sido extremamente controverso, mas aprovado no parecer da Comissão Especial do Impeachment, é apenas parte do problema. O problema agora é ainda maior, porque o Brasil precisa seguir em frente. O Governo tem tido grande dificuldade na condução da Nação. A partir de agora, mais do que nunca, o Brasil precisa se unir nesta hora grave, precisa voltar a ter esperança, voltar a construir o futuro junto com a sociedade.

É por isso que, por determinação da Executiva Nacional do nosso partido, por sua maioria absoluta e fechando questão, encaminho no sentido de que a bancada do Partido Progressista vote “sim” à admissibilidade do processo.

Que Deus nos abençoe e nos ilumine! Que mantenhamos a mais firme esperança de que podemos construir um País melhor. (Palmas.)

5. DEP. AELTON FREITAS (Bloco/PR-MG)

O **SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na gênese do Partido da República a semente originária que remonta à fundação do Partido Liberal, do inesquecível Deputado Álvaro Valle, na primeira metade dos anos 80. É o edificante legado do liberalismo social que orienta o nosso republicanismo moderno e progressista.

O estabelecimento de nossos parâmetros de ação política, Sr. Presidente, constitui a salvaguarda que repele voluntarismo, equívocos e retrocessos, que, inclusive, já comprometeram a conduta política de gente bem-intencionada no passado.

A fundação do Partido Liberal, de Álvaro Valle, e sua refundação como Partido da República materializam a reafirmação de nossas crenças na pessoa livre, titular

de direitos naturais inalienáveis, e no Estado, como protetor dos direitos humanos e do bem comum.

Essa é a nossa crença de fora para dentro do nosso partido. E sempre será o paradigma que nos orienta de dentro para fora dos limites da vida partidária.

Acreditamos, Sr. Presidente, que o indivíduo deve, a cada dia, buscar a verdade, sem, entretanto, aspirar qualquer sentido de propriedade sobre ela.

Como medida preventiva a eventuais pretensões de usurpação, dedicamo-nos ao esforço de vigilância, a partir de um ambiente plural e, sobretudo, aberto a todas as situações de diálogo, sem preconceitos ou radicalismos.

Rejeitamos, por conseguinte, Sras. e Srs. Deputados, qualquer forma de ideologia exclusivista, opressora ou obediente a uma visão hermética sobre a realidade.

O Partido da República é uma legenda de natureza plural, ampla e irrestrita. Um espaço de militância política cujo pré-requisito está vinculado ao desejo de prosperidade, desenvolvimento e justiça social para o Brasil.

Por conseguinte, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de uma legenda da qual não se pode esperar o fundamentalismo como recurso para a administração de divergências. Há muito tempo o mundo já descobriu que os partidos políticos não guardam semelhança com as chamadas seitas, baseadas na submissão intelectual em grupos coletivistas.

Para nós republicanos e liberais o comando de um partido político não pode estar vinculado a dogmatismos que não respeitem o ser humano e a sua individualidade. Portanto, senhoras e senhores, no Partido da República ninguém será submetido a patrulhamentos ou a degradação política por motivo de divergência.

Sim, Sras. e Srs. Deputados, somos o partido que no processo de impeachment garantiu a divergência em sua bancada, patrocinou o amplo direito à manifestação. Se assim não fosse, Sr. Presidente, não teríamos dividido entre os divergentes o tempo de tribuna a que esta Liderança e o partido tinham direito

para defender o voto “não” ao impeachment, na abertura dos debates sobre a admissibilidade que consta da pauta.

O voto de um Deputado no contexto do processo de impeachment é momento em que o legislador reafirma o instituto da representação popular, mas na condição de um magistrado, e não de um Parlamentar.

O Parlamentar, neste caso, não vota para decidir matéria de lei ou opinar sobre prioridades orçamentárias de um governo. A decisão sobre um impeachment e suas implicações estará inexoravelmente vinculada à solidão da consciência de cada um de nós.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, uma decisão pelo fechamento de questão no processo de impeachment seria uma agressão incompatível com a natureza liberal do Partido da República.

Entretanto, Sr. Presidente, isso não quer dizer que a legenda republicana tenha de guardar semelhança com grupamentos desarticulados, inorgânicos e alheios a uma orientação unitária.

O Partido da República é um partido que tem linha, um partido que tem atitude, um partido que não se esconde da verdade e que assume compromisso de papel passado. O direito à divergência está preservado na bancada do PR, mas isso não quer dizer que alguém adotou um critério aleatório, de ocasião, para que nosso partido decidisse dar o voto contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a decisão que garantiu o apoio institucional à candidatura e ao Governo do PT foi devidamente consignada pela maioria do Diretório Nacional do partido.

Não foi por acaso, Sr. Presidente, que o primeiro sinal de fraqueza do absolutismo surgiu com o aparecimento de um princípio legal pleno, prévio, consolidado a partir de uma Carta Constitucional. Na lembrança desse passado distante, que remonta o tempo da servidão e do despotismo, somos alertados pelo fato de que o ideal de liberdade não caiu do céu. Daquela inspiração constitucionalista, que sensibilizou as melhores cabeças pensantes do mundo antigo, surgiu o iluminismo como ideal de sociedade para a construção de um mundo novo. A

crença no indivíduo está na raiz do iluminismo, cuja evolução levanta a humanidade no sentimento liberal.

E o liberalismo, Sr. Presidente, nos termos esclarecedores do Prof. Carlos Alberto Montaner, é mais que uma ideologia, é um modo de entender a natureza humana. Mas o que é caro aos liberais, senhoras e senhores, apoia-se em três aspectos vitais desde a sua gênese: a tolerância, a legalidade e a confiança na força da razão.

Por esse motivo, Sras. e Srs. Deputados, o Partido da República soube construir a unidade que me levou para o cargo de Líder nesta Casa, justamente no momento da discórdia em torno da votação da admissibilidade do impeachment da Presidente Dilma.

Imbuído pelo espírito de uma unidade que resiste à sementeira da divergência, reitero os termos da posição do Partido da República contra a admissibilidade do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Este é um processo de impeachment, Sr. Presidente, que está em desacordo com o alcance da Constituição de nosso País. Ele é um equívoco que, em última análise, atenta contra o instituto que varreu do mapa o absolutismo e o império da vontade acima da lei.

Este é um processo de impeachment, Sr. Presidente, que partiu de parâmetros voláteis, que tomou emprestado do parlamentarismo um espírito normativo alheio ao ordenamento jurídico.

Está claro que a desobediência aos pressupostos para o impeachment implicaria um paradoxo constitucional, como já dito aqui, de consequências imprevisíveis.

Não houve dolo, Sr. Presidente, sobretudo quando a Presidente Dilma assinou decretos de crédito — as chamadas pedaladas fiscais —, que atrasaram repasses para bancos oficiais. Não houve dolo, Srs. Parlamentares, porque a Presidente confiou no juízo do Tribunal de Contas...

(Desligamento automático do microfone.)

6. DEP. ROGÉRIO ROSSO (Bloco/PSD-DF)

O **SR. ROGÉRIO ROSSO** (Bloco/PSD-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, querida, altiva, fantástica e maravilhosa bancada do PSD, meus amigos queridos, meu povo do Distrito Federal, Nação e família brasileiras, senhoras e senhores, em instantes, nós, 513 Deputados, representando os 26 Estados e o Distrito Federal, estaremos tomando uma decisão importante, de longo alcance político, econômico, social e institucional.

Eu queria registrar, Deputado Jefferson Campos, que, somados os votos válidos, individuais ou por legenda, nós representamos, segundo dados do TSE, 96 milhões de eleitores. (Palmas.) Portanto, estamos, do ponto de vista constitucional, jurídico e eleitoral, absolutamente legitimados.

Esta é uma sessão especial, Deputado João Rodrigues; é uma sessão em que, de fato, estaremos analisando se aprovamos ou não o relatório do Deputado Jovair Arantes pela admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade contra a Presidente da República, para o seu encaminhamento ao julgamento do Senado Federal.

Nos últimos 3 dias, escutei calado e com muito respeito o pronunciamento de centenas de colegas, inclusive, como hoje, o do meu colega Líder do Partido dos Trabalhadores, por quem eu tenho respeito, que falaram de eventual parcialidade nos nossos trabalhos.

Srs. Deputados, não fui eu quem ratificou os trabalhos da Comissão, e sim o Supremo Tribunal Federal, que, ao analisar diversos mandados de segurança, declarou o não provimento de todos — de absolutamente todos! Portanto, ratificado o Relator e ratificados os trabalhos da Comissão, quem o fez foi o Supremo Tribunal Federal.

É importante fazer um registro. Disseram-me que acompanhasse o rito do impeachment de 1992. É claro que, com a cautela constitucional e jurídica, assim o fiz nas questões do ordenamento regimental, mas eu não poderia, dada a complexidade desse tema, fazer apenas três reuniões, como em 1992, e que, ao todo, somaram apenas 7 horas. Fizemos 11 reuniões, com mais de 50 horas de

debates, e o povo brasileiro, através da imprensa, pôde acompanhar audiências públicas para o esclarecimento da denúncia.

Eu jamais ficaria de bem com a minha consciência se não tivesse agido dessa forma. Em 1992, não foi dada ao advogado a possibilidade de se pronunciar nos trabalhos da Comissão. Desta vez, demos ao Ministro José Eduardo Cardozo a possibilidade de se pronunciar por duas vezes, nas dez sessões da defesa e depois da apresentação do relatório.

É a homenagem que esta Casa faz à ampla defesa, é a homenagem que esta Casa faz ao contraditório.

Agora estamos na fase final e, como disse o eminente Ministro Barroso, voto-vencedor na ADPF 378, cabe a nós, cabe a esta Câmara o juízo preliminar de admissibilidade, um juízo de caráter político, mas sem desconsideração dos aspectos técnicos e formais.

Quem julgará a Presidente da República será o Senado Federal. Quem fará a dilação probatória, quem fará a oitiva de testemunhas será o Senado Federal. Estamos tão somente tratando da admissibilidade da denúncia. E o relatório do Deputado Jovair Arantes é cristalino, é claro, está sob a luz do Direito.

Portanto, devemos, sim, admitir a denúncia; devemos, sim, admitir a denúncia e encaminhá-la ao Senado Federal, para que a Sra. Presidente da República, à qual tenho respeito, possa se defender no devido processo legal. Se houve crime ou não, deixemos que o Senado Federal assim o julgue. Confiamos no julgamento do Senado Federal.

Entretanto, seja qual for o resultado, amanhã o Brasil acordará diferente, Deputado Heuler Cruvinel. O Brasil acordará diferente. Estarão colocados ainda mais desafios a partir de amanhã.

Estamos atravessando, Deputado Marcos Montes, uma tempestade perfeita: crise econômica, crise política, crise ética, crise no trato da coisa pública. É com a superação de cada um de nós — do PT ao PSDB, do Democratas ao PSD, do PSB a todos os partidos —, é com a superação de cada um de nós que vamos encontrar os rumos que a sociedade brasileira merece.

Por isso, o PSD, a bancada de Deputados Federais do PSD votará “sim” ao relatório do Deputado Jovair Arantes. (Muito bem! Palmas.)

Quis Deus que esta sessão se desse na semana em que Brasília completa 56 anos. O mais ilustre dos pessedistas, Juscelino Kubitschek, quis, com a construção de Brasília, fazer a integração regional, a integração do povo brasileiro, a união do povo brasileiro. E é por isso que rendo as minhas homenagens ao PSD de ontem, de JK, e ao de hoje, pela altivez, seriedade, lealdade e republicanismo, e ao nosso Líder, Gilberto Kassab. (Palmas.)

Peço a Deus que, em sua infinita bondade, ilumine e proteja o povo brasileiro. Que deste processo nosso País saia mais forte e mais unido!

Quero agradecer à minha esposa, Karina; aos meus filhos; ao meu pai, Aldo, e à minha mãe, Nair; ao Roberto Curi e à D. Yara; a todos os meus amigos; aos meus assessores. Sem eles, seria impossível ter chegado até aqui.

Viva a democracia! Vivam nossas instituições! Viva a Câmara dos Deputados! Viva o Brasil! E viva o povo brasileiro!

Que Deus nos ilumine!

Obrigado.

7. DEP. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna, sem dúvida, para a fala mais importante que já fiz nesta Casa.

Quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento à minha querida Petrolina, ao sertão do meu Estado, ao Estado de Pernambuco, e à bancada do meu partido, que me distinguiu com a posição de Líder neste ano.

O PSDB é meu partido há mais de 10 anos. Tenho orgulho da sua história, da sua trajetória de conquistas e de luta por um País mais igual, por um País mais

equilibrado e por um País mais justo. É o PSB de Mangabeira, o PSB de Jamil Haddad, o PSB de Miguel Arraes, o PSB do meu Presidente Eduardo Campos.

Por isso, eu subo a esta tribuna para falar não só pelos sertanejos e pelos pernambucanos, mas também pelo meu partido. O sentimento que domina a nós do PSB não é de alegria, muito menos de revanche, é de frustração e de preocupação com o País.

Digo isso porque fomos parceiros de um projeto de transformação para o Brasil. Colaboramos e fizemos parte desse projeto durante quase 11 anos. Fomos solidários nos momentos difíceis deste Governo, logo no início. Abrimos mão de candidatura própria no ano de 2010, mas também fomos corretos. Fomos leais.

Alertamos quando os indicadores econômicos e a política econômica que colocavam sobre o País já prenunciavam o desastre em que nós hoje estamos vivendo.

Fomos às urnas em 2014; divergimos no voto. Tivemos mais de 20 milhões de votos, e hoje vemos um País com mais de 10 milhões de desempregados. Milhares de pernambucanos, no meu Estado, que estão assistindo à sessão, esperam da política — e na política — uma solução. Pode não ser a solução ideal, mas é a solução legal, a solução prevista, a solução constitucional e, por isso, a mais adequada neste momento.

O Brasil está mergulhado em graves crises: crise política, crise ética, crise social. Por isso, eu devo dizer a vocês, com a responsabilidade e com a seriedade que exige o momento: tenho muito respeito à figura da Sra. Presidenta da República, mas ela perdeu a autoridade e a credibilidade para liderar uma agenda mínima que possa tirar o País dessa situação.

Não alimento ilusões. Vivemos tempos de muitas dificuldades e muitas turbulências.

Que a decisão desta Casa, nesta tarde histórica de domingo, signifique, aos milhões de brasileiros que estão nas praças públicas assistindo à sessão, uma decisão para resgatar a autoestima, uma decisão para resgatar a confiança, mas,

acima de tudo, uma decisão para reanimar a esperança do povo brasileiro de um País melhor.

Que Deus possa nos iluminar! Não é hora de ter medo; é hora de ter coragem. É por isso que nós dizemos “sim” ao impeachment e “sim” ao Brasil. (Palmas.)

8. DEP. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM)

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem aos milhões de brasileiros que nos permitiram estar hoje, aqui, trabalhando democraticamente para fazer a mudança do Brasil. Quero agradecer aos meus queridos amazonenses, que me deram legitimidade para estar aqui falando para o Amazonas e para o Brasil.

Estamos hoje votando o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Os preceitos constitucionais preliminares estão atendidos no relatório do Deputado Jovair Arantes. A Presidente feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, feriu o Orçamento Federal.

A Constituição prevê a pena de impedimento da Presidente para o crime de responsabilidade. As causas e as consequências que advieram dessas ações geraram todo tipo de crise no Brasil, como a crise econômica.

No ano passado, foi de 3,8% a queda do PIB. Este ano, aponta para mais de 4% a queda do PIB, gerando insegurança, gerando desemprego, gerando inflação.

O meu Estado do Amazonas sofre muito com essa recessão, que chega à depressão. A produção industrial do Brasil cresceu 14% no último ano. No Amazonas, já chega a quase 30% a queda da produção industrial dos últimos 12 meses. Mas não é só isso — não é só isso. Há consequências mais graves. Entre elas, 10 milhões de brasileiros estão desempregados ou procurando a fila de um emprego.

Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do Estado de S.Paulo:

“Dilma deverá ser afastada da Presidência da República, porque sua gerência arrogante e inepta resultou na inflação que corrói os rendimentos da população de baixa renda e na recessão que rouba os empregos, igualmente, de chefes de família e de jovens. A perversa combinação de inflação e recessão resultou na absoluta falta de confiança no governo central por parte dos agentes econômicos, sem cujo concurso é simplesmente impossível promover o crescimento econômico e a criação de riquezas que beneficiem o conjunto da sociedade.”

Ora, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todos os rincões deste nosso País, a crise moral que assola e se abate sobre este Governo atinge todos os lugares, indistintamente. E não podemos nos deixar vencer pelo cansaço. Temos que reagir e ir até o fim do processo. O Brasil espera e depende mais do que nunca de nós neste momento.

Quero dizer também que não somos mais uma Nação conformada, como éramos outrora. O povo brasileiro foi às ruas mostrar a sua indignação. Devemos muito à ação dos jovens, devemos muito ao conselho dos mais velhos, mas devemos, sobretudo, à nossa sociedade brasileira, que, indignada, diz: “Basta! Basta! Não queremos mais este Governo, que levou ao descalabro o nosso País!”.

Quero homenagear a Justiça brasileira, homenageando a Justiça de primeira instância, na pessoa do Juiz Sérgio Moro; o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de todos os Ministros; o Ministério Público Federal; a Polícia Federal; e, senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União.

Mas quero também fazer uma homenagem a esta Casa, porque, falem o que falarem — e muitas vezes falam mal da Câmara dos Deputados —, é aqui que os brasileiros, muitas vezes em crise ou desesperados, encontram guarida, porque aqui é a Casa do Povo brasileiro. (Palmas.)

Quero fazer uma homenagem ao meu partido, o Democratas. Obrigado a cada um dos nossos Deputados! Obrigado aos nossos Senadores, que estiveram conosco em todos os momentos, desde o primeiro dia!

Quero, por fim, dizer que vamos votar, vamos encaminhar “sim” ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A bancada do Democratas dirá “sim”, por um Brasil melhor, por um novo momento, pelos jovens, pelos filhos do Brasil!

Viva o Brasil! Vamos em frente! Que vença o Brasil! (Palmas.).

9. DEP. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA)

O SR. MÁRCIO MARINHO (Bloco/PRB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, senhoras e senhores que nos ouvem agora através de todas as emissoras de televisão e demais que estão em plenário, quero agradecer primeiramente a Deus por esta oportunidade de estar aqui nesta tarde tão especial em que estaremos tratando do futuro do nosso País.

Quero fazer um agradecimento todo especial à minha bancada do PRB, que está aqui em peso e é uma bancada aguerrida. Em nome da bancada, quero fazer um cumprimento todo especial ao Presidente do nosso partido, Dr. Marcos Pereira, que está assistindo à sessão neste momento.

Quero fazer uma saudação toda especial aos brasileiros e às brasileiras. E não poderia deixar de fazer uma saudação especial ao povo da minha amada Bahia, que me confiou os votos para que eu pudesse estar aqui vivendo este momento tão importante para a democracia do nosso País.

O nosso Partido Republicano Brasileiro há pouco tempo participava deste Governo, mas nós que pregamos o respeito à democracia, à coisa pública, jamais poderíamos compactuar com crimes de corrupção — os quais levaram pessoas denunciadas à prisão — e continuar participando de um Governo como este.

E é evidente que nós logo tomamos a decisão de desembarcar deste Governo, mas de cabeça erguida, porque, como sempre pregamos, nós fazíamos parte da base, mas não éramos subservientes a este Governo.

A este Governo, no ano de 2014, colocamos a posição *sine qua non* de que a nossa aliança teria que estar fundamentada em dois pilares, sendo um deles o equacionamento da economia do nosso País. E isso não aconteceu, tanto é que hoje vivemos a pior das crises em nosso País.

Quando abrimos os jornais, assistimos à televisão, vemos que a cada dia o desemprego cresce em nosso País. Não compactuamos com isso.

Todas as vezes que consultamos as pessoas, em vários lugares do nosso País, só ouvimos lamentos de uma população que espera tanto de um governo. Mas este Governo perdeu a credibilidade de estar à frente desta gestão. E cada um de nós é responsável pelos eleitores que nos colocaram aqui. Por isso viemos aqui hoje ratificar que a posição dos 22 Parlamentares do Partido Republicano Brasileiro é pela admissibilidade deste processo. (Palmas.)

Aqui não estamos cassando ninguém. Essa parte de examinar o processo e aferir se houve ou não crime depende do Senado Federal. Mas queremos, sim, neste momento, dar oportunidade para que essa população possa ver se houve ou não o crime de responsabilidade. Mas nós temos a certeza de que houve.

Sabem por que temos essa certeza, senhoras e senhores? Porque a nossa bancada examinou com muito respeito, com muita competência, que realmente houve o crime de responsabilidade, porque foi ferida a Constituição Federal e também houve as pedaladas fiscais.

Por isso, volto a falar que o nosso partido não é subserviente, mas agora estamos do lado do povo brasileiro. Estamos do lado do povo simples, do povo humilde e queremos, sim, fazer história. (Palmas.)

10. DEP. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB)

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares.

Hoje, o Brasil vive um momento histórico. Pela segunda vez, o País se mobiliza diante de denúncias graves envolvendo o líder desta nação. Assistimos, de forma atônita, semana a semana, nestes últimos meses, ao desenrolar de uma investigação que revelou o maior esquema de corrupção de todos os tempos no Brasil. Presenciamos nesta sessão o fim de um ciclo, o fim de um capítulo na nossa história.

Faço um julgamento sereno deste momento. Começo por procurar um juízo justo sobre o partido que, em última instância, está sendo julgado no dia de hoje. É preciso reconhecer que o PT fez bem à nossa democracia. Foi importante ver um partido de esquerda deixar a posição cômoda da crítica para assumir a responsabilidade de conduzir os destinos do nosso povo. É inegável que o PT ajudou o País ao longo desses anos. Seu grande legado foi firmar de maneira definitiva a busca da igualdade como um tema central de nossa democracia.

O PT fez bem ao entrar e fará um bem ainda maior ao sair, porque deixará a lição: por maiores que sejam as virtudes na política, elas, por si só, não podem justificar os erros inaceitáveis, que, nesse caso, foram cometidos pelo grupo que se despede. Se as qualidades políticas desse grupo, ao longo dos anos, servissem como escudo para torná-lo inimputável, nossa democracia seria degradada, seria engolida pela impunidade.

Sei dos problemas políticos e da crise moral que vivemos, mas reconheço os avanços sociais e econômicos que tivemos. Defendo ainda que todos aqueles que cometeram atos ilícitos sejam punidos e destaco o importante trabalho que vem sendo realizado pelo Judiciário. A Justiça vem mostrando a todos nós que as pessoas que cometem crimes, seja um cidadão comum ou um Presidente da República, poderão, sim, ser investigados.

O País vem passando por sérios problemas econômicos. O Governo não conseguiu dar uma resposta e promover mudanças. O que vemos é queda de renda, desemprego e inflação. A Presidente não tem condições de reverter o quadro, e precisamos de mudanças urgentes.

Aproveito este momento para fazer um apelo, um apelo em nome do Nordeste e dos sertanejos, a qualquer um que vier a governar este País: que mantenha e fortaleça os programas sociais e as principais ações que beneficiam o povo pobre do nosso País.

Foi com esse entendimento que o PTB reuniu a sua bancada e a sua Executiva Nacional e decidiu, por maioria absoluta, orientar todos os Deputados nesta Casa pelo “sim” ao impeachment, dando um basta e reescrevendo a sua nova história.

A nossa orientação, após discutirmos sobre o assunto internamente, também ouvindo especialistas jurídicos; depois de ouvirmos as nossas bases e as lideranças do nosso partido, não poderia ser diferente daquela apontada pelo Deputado petebista e Relator, Deputado Jovair Arantes, orientando “sim”, pelo impeachment.

Sou a favor da boa política. O meu voto não foi conquistado por ninguém, mas sim pelo peso de tudo que vi, estudei, li e refleti. Agradeço as centenas e milhares de mensagens de carinho e apoio que recebi durante essas últimas semanas.

Também peço desculpas àqueles que, porventura, acham que eu esteja equivocado. Torço e continuarei trabalhando para que o Brasil possa, sim, voltar a crescer.

Muito obrigado e, se Deus quiser, amanhã nós acordemos vivendo uma realidade totalmente diferente.

11. DEP. WEVERTON ROCHA (PDT-MA)

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, brasileiros e brasileiras, venho a esta tribuna, nesta tarde, dizer para todo o Brasil que, mais uma vez, somos chamados à responsabilidade.

Cada homem e cada mulher que nos escuta e nos vê sabe que neste País de muitas adversidades, neste País de muitos costumes, neste País de vários continentes, nós sempre conseguimos superar os momentos difíceis que vivemos.

Este País conseguiu passar por guerras e confrontos. Todos sabem as lutas grandes que tivemos: a Revolta dos Alfaiates, na Bahia; a Inconfidência Mineira, em Minas Gerais; a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no meu querido Estado do Maranhão; a Guerra do Paraguai, no Sul do País; as famosas Diretas Já, quando o povo foi para a rua mais uma vez.

Chegamos a 1987, na posse do Parlamento que estudou e aprovou esta Carta, a Constituinte. No discurso de posse, o Presidente Ulysses Guimarães disse que ecoaram nas ruas, que ele ouviu das ruas que a Nação queria mudar, que a Nação precisava mudar e que este Parlamento faria a sua parte.

Passaram-se meses, mais de ano. Em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães, no seu discurso de promulgação da Constituinte, disse ao povo brasileiro que a Carta não era perfeita, tanto que admitia reformas, admitia ser melhorada. Mas dizia também ao povo brasileiro e aos seus Congressistas que se deveria respeitá-la sempre. Discordar podemos, e podemos várias coisas, mas rasgá-la ou traí-la, jamais!

Ulysses Guimarães lembrou, naquele momento, quando o povo brasileiro adentrava as mais de 14 entradas deste complexo arquitetônico, que todas as pessoas tinham direito de contribuir e dar suas sugestões para formar a Carta. Dali o PDT veio, mais uma vez, para contribuir e fazer parte dessa história.

Nós do PDT sempre estivemos do lado do povo brasileiro, e neste momento é que nós lembramos os nossos verdadeiros heróis da Pátria, como Leonel de Moura Brizola, Jackson Lago, Neiva Moreira e vários deles, que, se estivessem aqui, não iam admitir que esta Constituição fosse rasgada! (Palmas.) Esses brasileiros que defenderam com a sua vida, que defenderam com a sua honra as suas posições orgulharam o verdadeiro trabalhismo no Brasil. Nós sabemos o custo da luta contra a tirania e da luta contra a grande elite.

Mas este é o momento de dizer que o Brasil não vai ter vencedor e não vai ter vencido. Sabe por quê, meu povo? Porque todos nós já perdemos. Nós perdemos todos, ao não termos a capacidade de cumprir esta Constituição à risca, dando escola de qualidade para as nossas crianças, saúde para o nosso povo e

educação para a nossa gente. Nós traímos esta Constituição ao não distribuímos renda, ao não taxarmos as grandes fortunas dos poderosos, que só ganham, e ganham em cima do nosso povo trabalhador. (Palmas.)

Por isso, nós do PDT, que brigamos para taxar os bancos, nós do PDT, que sempre lutamos a favor do trabalhador, estivemos na trincheira para defender a CLT e o direito de cada aposentado e trabalhador deste País.

É por isso que eu venho a você que está me assistindo e ouvindo para dizer que o PDT vai dar a sua contribuição, lançando a sua candidatura própria em 2018, porque entendemos que temos quadros suficientes e história para contar. E a luta nunca vai nos faltar. É por isso que nós vamos lançar o Ciro Gomes nosso candidato a Presidente da República! (Manifestações no plenário.)

E, enquanto esperamos o dia da urna, iremos defender a Constituição. Até o dia da eleição, iremos defendê-la! Por isso, o PDT vai votar contra o impeachment! Por isso, o PDT vai ficar aqui dizendo a você, meu amigo e minha amiga, dizendo a você, brasileiro e brasileira: nós somos brasileiros! Por isso, eu convido este Plenário a dizer: “Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”.

(Manifestações no plenário. Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor.).

12. DEP. GENECIAS NORONHA (SD-CE)

O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento histórico, tenho observado vários discursos. Tive o cuidado de prestar atenção a muitos deles. Não tenho mais dúvidas, não pelos discursos, mas atendo-me ao relatório do Deputado Jovair Arantes, que me fez ter a certeza de que os crimes foram praticados sim. A Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal sim, seja nas pedaladas fiscais, seja nos decretos não autorizados pelo Congresso Nacional.

O que se observa aqui nos discursos é que os defensores do Governo, por falta de argumento, em vez de buscarem convencer de que os crimes aqui denunciados não foram praticados, continuam a lorota do golpe, ou insistem em atacar o Vice Michel Temer ou o Presidente desta Casa, como se os ataques a Michel Temer e ao Presidente desta Casa inocentassem a Sra. Presidente.

Não há golpe nenhum. Haverá, sim, um julgamento justo. E eu, com a minha convicção, voto “sim”, pelo impeachment.

Golpe é o que a Presidente Dilma tem praticado. Traiu a população brasileira, no maior estelionato político já praticado neste País, quando enganou a todos nós, vendendo um País fortalecido, o que não passava de uma peça publicitária totalmente mentirosa.

O custo foi alto. Mal saiu o resultado das eleições, e vieram o tarifaço, o aumento de energia elétrica, o aumento dos combustíveis, a crise política, a crise econômica, a crise ética e a crise moral, sem falar na falência do setor da saúde pública, em razão da qual muitos pais de família, com seus filhos nos braços, vivem a agonizar nas filas dos hospitais.

Veio ainda a crise ética, Sr. Presidente.

Eu queria proferir o discurso que preparei, mas, como me comprometi com o Presidente do meu partido a ceder parte do meu tempo para ele falar, queria saudar a minha bancada, a bancada do Solidariedade, e agradecer-lhe por unanimemente votar a favor do impeachment.

Para livrarmos o País da “república da jararaca”, pelos crimes cometidos pelo Governo e por um amanhã melhor para todos os brasileiros, o Solidariedade vota “sim”, pelo impeachment.

Tchau, querida! (Manifestação no plenário. Viva o Ceará!) (Palmas.).

13. DEP. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP)

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos brasileiros trabalhadores e sonhamos com um País melhor. Hoje, quando saí de casa, passei no quarto dos meus filhos — Rafael, de 3 anos, e Felipe, de 5 anos —, que estavam dormindo com o semblante inocente característico das crianças. Imaginei o que eles estariam sonhando e me deparei com a realidade que iremos viver neste domingo nesta Casa.

Veio-me sobre os ombros a responsabilidade de decidirmos que Brasil nós vamos entregar a eles. Aí pensei nos milhares de mães espalhadas de norte a sul deste País que vivem sonhando com uma vida melhor para os seus filhos. Todos os dias eu me pergunto até quando vamos aceitar que tirem o sonho do nosso povo e até quando um sistema surdo atrasará a nossa esperança. Eu nunca vi as pessoas tão descontentes, o povo tão desiludido e tão distante de quem jurou representá-lo.

Somos brasileiros. Sou do PTN, da parte que está nas ruas com o mesmo grito que ecoa desde o Ipiranga, repetido no movimento Diretas Já, em 1984, nos protestos de caras-pintadas e que voltou nas manifestações de 2013. Vivo neste Brasil. Vivo neste tempo. Somos todos seus filhos e acreditamos que podemos mudar.

Vamos juntos curar essa surdez da política, deixar o nosso povo decidir o seu futuro, ter as chaves para abrir as portas dessa velada prisão. Em uma democracia do povo, com o povo e para o povo, vamos da esquecida virtude pública ao retorno da verdadeira justiça social.

Queremos vencer com as ruas; queremos transformar toda essa indignação em mudança. Muito mais do que um impeachment, queremos ver nascer neste País uma nova política, que derrube esse muro de mentiras, que represente as ruas, que diga: “Vocês me representam”.

Queremos o que estão pedindo há 30 anos no Brasil: mais transparência, mais participação, mais democracia direta! Lutamos com você por um novo olhar para o nosso futuro, por uma nova resposta ao jovem que ainda acredita, por uma bandeira aos sem-partido, por um fim ao silêncio dos bons e dos honestos.

Estamos diante da oportunidade de passar a limpo o Brasil, de respeitar as leis e de ouvir as vozes que vêm das ruas; da oportunidade de banir de vez a cultura da corrupção, que pune de maneira tão cruel cada um de nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, após muito diálogo na bancada e com inafastável respeito à democracia e à divergência de opiniões, nós do PTN decidimos estar ao lado da maioria dos brasileiros. Orientamos todos os nossos Deputados, todas as mães de família, todos os jovens e todos os que amam este País a dizerem “sim”.

O nosso voto, Sr. Presidente, o voto do PTN, é “sim” ao Brasil, é “sim” ao impeachment! Todos juntos podemos mudar o Brasil.

Muito obrigada. (Palmas.)

14. DEP. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos diante de uma situação surreal: uma Presidenta, sobre a qual não pesa qualquer denúncia, qualquer ato ilícito, e agora tem o seu mandato ameaçado por uma conspirata de corruptos, liderada por V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, que não dignifica a cadeira que ocupa nesta hora, cadeira que foi ocupada por Ulysses Guimarães, por Paes de Andrade, por Aldo Rebelo. Essa conspirata, Sr. Presidente, está clara nos debates que são feitos nesta tarde.

Ninguém fala mais do relatório apresentado pelo Deputado Jovair Arantes, porque sabem que não há fato, não há crime. Perante a Constituição Cidadã, elaborada neste plenário pela luta, com acompanhamento das ruas, não é possível admitir o processo de impeachment contra a Presidenta, que recebeu 54 milhões de votos dos brasileiros.

Por isso, fazem aqui o debate político. “Vamos entrar no debate político”. Querem transformar este plenário num colégio eleitoral. Ele não é um colégio eleitoral. Nós

não estamos no parlamentarismo. Não há voto de desconfiança. Quem legitima o acesso ao poder é o voto popular. Querem usurpar o voto popular. (Palmas.)

Tentam fazer esse debate político passando a ideia de que é necessário encontrar novos rumos para o País. O País está em crise: crise econômica, crise política. Pós-impeachment, encontraríamos a saída. Qual saída? A saída através de um governo ilegítimo, um governo de exceção, um governo sem votos? É essa a saída?

O povo que foi às ruas não pediu e não quer um Governo com esse perfil, com essa agenda.

Qual é a agenda desse governo, que já está maculado pela mancha da ilegitimidade? É a agenda do futuro? É um túnel para o passado. É a agenda do retrocesso. É a agenda do Estado Mínimo. É a agenda, como muitos já desconfiam por aí, de um pacto para impedir que corruptos que estão aqui, sentando nesta cadeira, e outros possam ser punidos.

Falam que já se vislumbra um entendimento em torno da Lava-Jato. Este será o governo que dará a tranquilidade aos brasileiros? Longe disso. É o governo que levará mais intranquilidade, porque não tem legitimidade. É um governo de exceção, não tem agenda, não tem interlocução com movimento social, não tem base política.

O dirigente conspirador, Vice-Presidente da República, com todo o respeito que tenho ao glorioso PMDB, não consegue unificar o seu próprio partido. Com que base esse governo poderia dirigir este processo?

Portanto, este é o caminho do aprofundamento da crise. É o caminho do agravamento da crise política e da crise econômica no nosso País. (Palmas.)

Quero, portanto, dirigir-me a todos os que estão nas ruas e que desejam, efetivamente, defender a democracia brasileira, defender o Estado de Direito. Nós vamos ganhar esta batalha.

O golpe não passará!

E a luta vai continuar!

Um abraço! (Palmas.)

15. DEP. ANDRE MOURA

O SR. ANDRE MOURA (Bloco/PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras são de agradecimento a Deus e ao Senhor do Bonfim por permitir que nós pudéssemos estar aqui neste momento histórico pelo qual atravessa o Brasil.

Gostaria de agradecer à Executiva Nacional e a toda a bancada do PSC, que se manteve firme na luta e que vota 100%, unida, “sim” pelo impeachment, e quero agradecer à minha família, às sergipanas e aos sergipanos e à Nação brasileira!

Quero dizer que o Brasil está presenciando um dos momentos mais marcantes da nossa atual democracia. Nós estamos aqui, e o povo brasileiro está nas ruas, para pedir um basta a tudo de errado que está acontecendo no País.

É o grito dos aclamados, milhões de brasileiros estão nas ruas, nas capitais, nas cidades e nos mais distantes rincões deste País! É o grito dos revoltados, gritos de um povo que não aguenta mais, inconformados que estão e arruinados pela irresponsabilidade de um Governo desumano.

O recado já foi dado de forma clara pelo nosso povo e pela nossa gente! Vamos fazer agora o nosso papel e a nossa obrigação, porque nós vamos decidir hoje o futuro da nossa Nação.

Estamos vivendo um momento das mais difíceis crises da nossa história, estamos vivenciando o maior escândalo de corrupção da história republicana brasileira. Do ponto de vista jurídico, as bases são legais para o impeachment.

Falam que o Brasil está dividido em duas forças antagônicas. De um lado milhões e milhões de brasileiros que clamam por justiça e esperam que este Parlamento diga “sim” ao impeachment e que possamos viver um novo tempo no Brasil. De outro lado, uma minoria ruidosa e raivosa que quer se perpetuar no poder, abraçado em um projeto político falido que acabou, e que nós vamos agora dar um basta definitivo. Chegou a hora, a hora da grande decisão.

Vamos ficar ao lado de milhões e milhões de brasileiros que lotam as ruas deste País, seja aqui, no Nordeste, ou na Avenida Paulista, Deputado Pr. Marco Feliciano, ou vamos ficar ao lado de um Governo comprometido com o malfeito, avesso ao diálogo e, acima de tudo, destinado ao fracasso econômico e ao fracasso moral.

O impeachment é legal. O STF reafirmou isso. Como disse no início da minha fala, neste domingo, hoje, nós faremos história ao decidir o futuro da Nação, história do presente e do futuro, do presente para olhar para os nossos amigos, para os nossos conterrâneos que nos elegeram, para nossas famílias, com a altivez daqueles que vão dizer “sim” e, do futuro, para que nós possamos ter a certeza de que estamos escrevendo uma das mais belas páginas da nossa história.

Quem disser “não” irá na contramão e estará sujeito, como sempre, ao fracasso daqueles que se acovardaram, para poder ficar ao lado de um projeto de poder já falido neste nosso País.

Aprovado hoje o processo de impeachment aqui, e depois, no Senado, passaremos ao momento de reconstrução nacional. Nossas esperanças se voltam ao Presidente Michel Temer, cuja missão de pacificar e reunir os brasileiros contará com total e irrestrito apoio da nossa bancada do PSC.

O Presidente Michel Temer já passou por esta Casa por 24 anos, foi Presidente deste Poder por três vezes e reúne todas as qualidades morais e políticas indispensáveis para juntos construirmos uma ponte para o futuro. Depende de cada um de nós, da nossa consciência, de quem ama este País, esta Nação e esta Pátria, de quem veste o verde-amarelo, porque a nossa cor não é o vermelho e não será nunca! A nossa cor é verde-amarelo!

Por isso, dizendo "sim" ao futuro do nosso País; dizendo "sim" às nossas crianças, aos nossos adolescentes, aos nossos jovens; dizendo "sim" aos idosos; dizendo "sim" ao Brasil; a bancada do PSC vota "sim", pelo impeachment!

Viva o Brasil e...

16. DEP. RUBENS BUENO

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 29 de setembro de 1992, eu estava aqui, junto com o Deputado Federal fundador nacional do PT, Hélio Bicudo, votando o impeachment do Presidente Collor.

Hoje volto a esta tribuna para, junto com Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo, votar o impeachment da Presidente Dilma.

Passamos as últimas horas neste plenário exaurindo os fundamentos do impeachment. Enfrentamos todas as falácias do Governo e demonstramos a clara violação ao art. 85 da Constituição Federal e também à lei dos crimes de responsabilidade, que são aqueles que só podem ser cometidos por quem detém o poder. Citamos cada um deles, deixando clara a gravidade das fraudes fiscais e a perversidade de sua adoção para a nossa economia, para o povo brasileiro.

Para que fosse reeleita, a Presidente praticou uma política criminosa de falsear as contas públicas, sem cumprir suas promessas eleitorais. Culminou na tragédia econômica que se abateu sobre a Nação, com a destruição da indústria nacional e a falência de milhares de empresas, além da demissão de milhões de trabalhadores.

Mais grave do que isso, o Governo Dilma não destruiu apenas o valor da nossa moeda, destruiu também o sonho de milhões de brasileiros. Por isso, hoje é dever deste Parlamento soltar o seu grito de basta! Chega de demagogia e populismo! O brasileiro não quer ser enganado todos os dias pelos seus mandatários, mas, sim, quer ter emprego e renda para viver e sustentar a sua família.

O impeachment da Presidente Dilma será a pá de cal no lulopetismo. O seu afastamento põe fim a mais de uma década caracterizada pela incompetência administrativa, pelo aparelhamento do Estado e pela roubalheira generalizada.

A corrupção está associada à marca do PT e hoje faz parte indissociável do seu DNA. É hora de retirar essa organização criminosa do poder e trabalhar para que todos os seus integrantes sejam punidos. Que isso nunca mais se repita.

Chegou a hora de virar a página, depois de aprender mais uma lição da história: a Presidente Dilma está caindo, na verdade, pelo conjunto da sua obra, porque perdeu a autoridade moral que o cargo de Chefe de Estado exige. Ela praticou estelionato eleitoral para se reeleger. As campanhas do PT foram irrigadas com dinheiro sujo de contratos superfaturados da PETROBRAS e de tantas obras de muitas empresas estatais. Praticou fraudes fiscais e afrontou a Constituição Federal. Acobertou o tráfico de influência, omitiu-se diante da rede de corrupção e tentou obstruir a Justiça e libertar réus presos pela Operação Lava-Jato. Enfim, faltou com o decoro e perdeu a legitimidade.

O modelo petista de Lula e Dilma se exauriu pelo populismo e fisiologismo.

Vamos encarar o futuro na perspectiva de reconstruir o Brasil não só no plano da economia, que Dilma esfacelou, mas, principalmente, no plano da ética para legar às gerações futuras o comprometimento com o pleno funcionamento das instituições, que é o único caminho para fortalecer a democracia.

Coragem, brasileiros!

Vamos retomar nossos sonhos e reerguer o Brasil! O PPS vota unido a favor da abertura do processo, pela esperança de um futuro melhor. (Palmas.)

17. O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira que nos vê neste momento, o PHS é um partido que mostra plenamente a sua democracia. Quando migrei para o PHS, ao sair do PROS, eu tinha, é claro, as minhas convicções, mas o partido, por unanimidade, assumiu posição intransigente contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero. O partido e os Srs. Deputados fecham questão em torno desses temas que são caros para nós que somos cristãos.

Mas o partido também dizia que, em determinadas situações, liberaria a bancada para tomar a posição que melhor entendesse em questões acerca das quais

trazíamos compromisso com as bases, como as questões humanitárias. Dizíamos: “Qualquer gestor que tiver dinheiro para construir uma ponte ou uma estrada, construa-a, mas se faltar dinheiro para salvar uma vida, pare a estrada, porque a vida é mais importante do que uma estrada”. O Partido Humanista da Solidariedade tem funções programáticas.

Porém, neste momento que o Brasil vive, quando decidiremos se a Presidente fica ou sai, o partido reuniu a sua Executiva, reuniu todos os seus Deputados — somos 7 Deputados Federais — e tomou uma decisão: votará a favor do impeachment. (Palmas.) (Manifestações no plenário.)

A democracia é boa por isso. Imaginem que eu sou Líder de um partido composto por 7 Deputados, dos quais 6 votarão a favor do impeachment. O partido disse: “Não podemos deixar o Deputado Givaldo Carimbão em situação difícil.” Eles sabem da minha história, do meu passado e do meu compromisso.

Todos me liberaram para votar, e votarei contra o impeachment. (Palmas.)

Porém, Srs. Deputados, do Partido Humanista da Solidariedade, aqui está o Deputado Dr. Jorge Silva, do Espírito Santo, que votará a favor do impeachment; estará aqui o companheiro Deputado Carlos Andrade, de Roraima, que votará a favor do impeachment; o Deputado Marcelo Aro votará a favor do impeachment; o Deputado Marcelo Matos, do Rio de Janeiro, votará a favor do impeachment; o Deputado Diego Garcia, do Paraná, votará a favor do impeachment; o Deputado Federal Pastor Eurico, de Pernambuco, votará a favor do impeachment.

Eu quero agradecer ao partido por entender a minha posição. Eu sempre digo que estou numa situação de juiz, e, ao meu juízo — ao meu! —, respeito a todos.

Isso é o bonito na democracia. Nós podemos discordar. Cada um pode pensar de um jeito ou de outro, mas não é preciso ninguém brigar, não é preciso rasgar um ao outro. Respeito à opinião do outro!

Continuarei como Líder nessa situação de 1 para 6. É isso que é bonito na democracia.

Obrigado, companheiros Deputados Federais, pelo exemplo de que o Brasil pode estar unido pelo melhor que for para o seu povo.

Que Deus possa abençoar e iluminar a mente de cada um!

Vote consciente. Vote naquilo que a sua consciência mandar. Se achar e entender que deve votar de um jeito, vote; se não, vote de outro.

Amanhã, estaremos aqui.

Eu estive com o Michel Temer, disse a ele toda a minha história, e ele me disse: “Não tenho o direito de pedir o seu voto, porque eu sei da sua história”.

Parabéns! E que Deus abençoe a todos!

18. O SR. SARNEY FILHO (PV-MA)

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo sabem que o País não atravessa um momento fácil. O País atravessa um momento difícil.

Nenhum de nós, homens e mulheres de bem, gostaria de estar passando por este momento, mas é uma realidade que se impõe e, dentro dessa realidade, o Partido Verde, como sempre, tomou sua decisão. Não foi uma decisão de última hora; foi uma decisão tomada há mais de 15 dias, por unanimidade, a favor do impeachment.

É este o encaminhamento que neste momento eu dou e passo a palavra para o Deputado Evandro Gussi.

19. DEP. IVAN VALENTE (PSOL-SP)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria saudar a valorosa, digna, combativa e ética bancada do PSOL, que votará unida contra o

impeachment, que sabe o valor da democracia e que tenho a honra de representar neste momento.

Em segundo lugar, quero dizer que a revista Exame desta semana publicou matéria intitulada: Cunha recebeu propina de 52 milhões de reais em 36 vezes de Ricardo Pernambuco Júnior, o décimo delator do Presidente Eduardo Cunha, réu no STF.

Mas ele continua balançando a pança e comandando uma massa de Deputados que segue a sua orientação nesta Casa. (Palmas.)

Este espetáculo degradante, que deslegitima o processo de impeachment e degrada o Congresso Nacional, conta com o apoio de muitos Parlamentares. O espírito de vingança do Deputado Cunha, a covardia do Governo e o oportunismo e o cinismo da Oposição de direita permitiram que se chegasse ao pedido de impedimento da Presidente, sem crime de responsabilidade. Para isso, inventaram um álibi, uma questão contábil — as pedaladas fiscais —, que ninguém do povo sabe o que são, para tentar cassá-la pelo conjunto da obra.

O PSOL, um partido de oposição de esquerda independente, sem cargos ou benesses governamentais, quer denunciar que está em curso uma ruptura com o Estado Democrático de Direito, um golpe institucional feito através de tenebrosas transações entre o grande capital, os golpistas da FIESP e os partidos da Oposição conservadora, embalados pela grande mídia brasileira, que querem entronizar Michel Temer na Presidência da República e no poder.

Temer não teve nenhum voto para Presidente; tem 1% das intenções de voto agora. Sessenta por cento da população o rejeitam e querem seu impeachment, assim como o de Dilma. Na verdade, ele também assinou as pedaladas fiscais.

Por isso, Sr. Presidente, o que nós temos à frente é um retrocesso quanto às liberdades e aos direitos civis comandado pelos reacionários que o apoiam.

E mais: há uma proposta ultraneoliberal para a economia que fará a felicidade dos banqueiros e rentistas, mas trará mais sacrifícios para a classe trabalhadora brasileira. É disso que se trata.

Se passar o impeachment, esta farsa, teremos um Governo ilegítimo, impopular, sem credibilidade. Contra toda a cúpula do PMDB existem pesadas acusações na Lava-Jato.

Por isso, “não” à fraude! O PSOL quer a punição de todos os corruptos e corruptores, doa a quem doer! (Palmas.).

20. DEP. SR. RONALDO FONSECA

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com o peso de representar o meu partido.

Neste momento, o PROS, depois de muito esforço, depois de muitas conversas, decidimos votar “sim”, pelo impeachment da Presidente da República. (Palmas.)

Destaco os membros do nosso partido: eu, como Líder, estarei votando “sim”; o Deputado Eros Biondini, que está aqui, também votará “sim”; o Deputado Felipe Bornier também votará “sim”; o Deputado Toninho Wandscheer também votará “sim”. Com um dos nossos membros ainda não conseguimos terminar a nossa conversa. O Deputado Odorico Monteiro, cuja posição respeitamos, votará contra o impeachment.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para dizer que não admito que se diga que há um golpe no Brasil. A Constituição Federal, no seu art. 51, legitima esta sessão e, no seu art. 79, legitima a posse do Vice-Presidente, que teve o mesmo número de votos que a principal candidata.

Um Vice-Presidente, quando é apresentado na chapa, é apresentado para que, nos momentos de crise e nos momentos necessários, ocupe a cadeira de Presidente.

Portanto, não há golpe! A Constituição Federal nos garante isso; a Constituição Federal respalda este ato.

Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, que tem lutado nesta Casa contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira. Mas aqui nós temos Deputados aguerridos.

Eu venho a esta tribuna também homenagear a bancada de Deputados Federais do Distrito Federal, com exceção de uma Deputada, a Deputada Erika Kokay, que é a favor do golpe; que é contra a Constituição brasileira! (Manifestação no plenário.)

Eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, também para homenagear o Distrito Federal, que quer, sim, o impeachment já!

Venho a esta tribuna para dizer às senhoras e aos senhores, àqueles que estão lá fora, àqueles que estão nas ruas: a Constituição Federal garante este ato. Não é golpe!

Sabe o que está parecendo esse negócio de golpe? “Golpe! Golpe! Golpe! Golpe! Golpe...” Está parecendo sabe o quê? Uma diarreia verbal que ninguém suporta mais. Ninguém suporta mais isso!

O Brasil quer uma decisão, e o PROS não lhe negará esta decisão.

Respeitamos o Deputado Odorico Monteiro, um Deputado aguerrido, um Deputado histórico desta Nação. Nós respeitamos a sua decisão, Deputado Odorico, porque V.Exa. tem lado; porque se apresenta, e não é igual a alguns que vão fugir desta sessão, porque são corruptos, porque estão virando as costas para a população brasileira.

“Sim” ao impeachment, diz o PROS nesta tarde! (Palmas e apupos no plenário.)

21. DEP. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE)

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vou ser bem rápido.

Brasil, quem quer assumir o poder, quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da Corja do Cunha”. Eu vou repetir: quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da Corja do Cunha”. (Palmas.)

Esse canalha saiu da mesa agora. Deputado Beto Mansur, esse canalha saiu daí.

Bandido, ladrão! Por que não ficou aí?

Esse canalha já devia estar preso. Que país é este? Que país é este, em que um bandido, um homem que devia estar na cadeia, quer tirar o mandato de uma mulher honrada, de uma mulher digna? Que país é este? (Apupos.)

Eu disse ontem e vou repetir agora: 95% da Oposição não tem moral, não tem ética para agredir a Presidente Dilma. O líder de V.Exas., o Senador Aécio Neves, foi denunciado quanto ao caso de Furnas. Noventa e cinco por cento de V.Exas. não têm moral. Eu sou um homem limpo, não respondo a nenhum processo. (Apupos.) Agora, 95% de V.Exas. estão desmoralizados. O Presidente Eduardo Cunha vai fazer a maior delação premiada do mundo e vai levar alguns daqui. É por isso que alguns são reféns dele.

Agora eu vou mostrar algo aqui. V.Exas. não ganharam, não! Vou mostrar isso aqui. Confiram o placar da democracia. Confiram! Vamos começar por Roraima.

Em Roraima, a democracia tem 1 voto. Anotem o placar! Nós vamos ganhar por 3 votos. Em Roraima, nós temos 1 voto. No Rio Grande do Sul, nós temos 9 votos. Em Santa Catarina, nós temos 2 votos. No Amapá, nós temos 5 votos e podemos chegar a 6 votos. No Pará, nós temos 7 votos. No Paraná, nós temos 4 votos e podemos chegar... Eles já estão com medo. Olhem como eles estão com medo! Estão com medo? Estão com medo?

Vou citar agora Pernambuco. Confiram o placar. V.Exas. perderam! Em Pernambuco, Estado da liberdade, Estado do povo que tem alma, um povo decente, um povo digno, nós teremos 8 votos. Confiram, seus golpistas!

Ontem à noite, ofereceram tudo lá no Jaburu, residência desse cara — eu estou com nojo dele —, Michel Temer. Ofereceram tudo! Ofereceram tudo! Ofereceram tudo, mas perderam, perderam!

Meus amigos, deixem-me pedir uma coisa. Heróis, heróis da democracia, eles vão começar ganhando, mas eles não... O quórum agora é de 502! Está em 502! Se chegar a 505, eles vão perder por 1 voto. Vai ser com emoção!